



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 455 - DE 26 DE MAIO A 09 DE JUNHO DE 2013 - R\$ 3,00

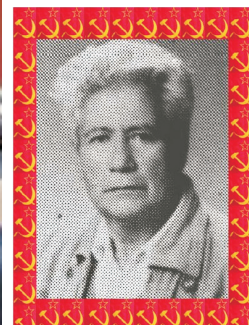


Congressos da UNE e ANEL:

Que o CONUNE rompa com o governo e aprove um plano de luta!
Que o Congresso da ANEL se coloque por construir uma fração de oposição revolucionária e delibere um plano de luta!



Apurar toda a verdade sobre os crimes da ditadura e punir os torturadores e assassinos
Por um Tribunal Popular



Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Aos Congressos da UNE e da ANEL

Está claro que a crise mundial capitalista arrasta mais decisivamente o Brasil e a América Latina. A propaganda de que os fundamentos econômico-financeiros do País são sólidos o suficiente para resistir aos impactos da queda nos Estados Unidos, Europa e Japão já não se sustenta. Já não é possível repetir o crescimento do período de 2003 a 2008. Os reflexos da retração se manifestam na indústria. Se não fossem os artifícios das obras do PAC, a situação estaria mais grave. A burguesia recolheu seu capital de aplicação na ampliação da produção, considerando a crise de superprodução. Pressiona para que o governo de Dilma Rousseff avance a privatização de atividades ainda rentáveis. É o que está ocorrendo no setor de infraestrutura (portos, aeroportos, rodovias e ferrovias) e de energia (petróleo).

Acompanha esse processo uma ofensiva do capital internacional em setores que oferecem bons resultados, como tem sido o caso da agroindústria. A desnacionalização não é um fenômeno novo. Mas em determinados setores é inédito pelo seu volume. Está ocorrendo a olhos vistos no sistema privado de educação. Vem ocorrendo um processo de aquisição e fusões de faculdades e universidades privadas pelo capital financeiro. A absorção da Anhanguera pela Kroton, que tem por trás o fundo Advent, evidencia o salto que os exploradores da educação vêm promovendo na concentração do setor. De aquisição em aquisição, a universidade privada passa para mãos de grupos financeiros poderosos e internacionalizados. Está se armando uma multinacional da educação, com capacidade de condicionar o funcionamento do ensino como um todo. Há uma clara ligação do negócio educacional com os das empresas de informática e de comunicação. Organiza-se um centro de controle do processo educacional a partir das grandes empresas de comunicação. Vem nesse sentido a compra do Grupo Anglo pela Abril Educação. Cada vez mais, os fatores do ensino passam para o controle de um punhado de burocratas, técnicos e “especialistas” da educação.

A ultra centralização corresponde a interesses financeiros, contraditórios com a educação, bem ou mal, vinda das necessidades sociais. Está nos planos dos empresários a imposição do Ensino a Distância, que destrói a escola presencial. Os capitalistas criaram organismos destinados a criticar o baixo nível do ensino – que de fato o é – para planejar sua substituição por uma escola empresarial. Essa instituição passa a ser gerida por “especialistas” em gestão financeira e administração privada. Mesmo o ensino tradicional privado perde suas características semi-liberais, baseadas na propriedade familiar, em favor da empresa monopolista. A tendência à concentração e à administração ultracentralizada vem de pressões externas. Está aí por que tal mudança ocorre concomitantemente com a desnacionalização.

A política do governo Lula – e agora de Dilma – incentivou o agigantamento do ensino universitário privado. Não somente porque manteve e mantém a coexistência do sistema público com o privado, sob o primado deste último, como também colocou o Estado a subsidiar os empresários da educação. O programa do ProUni, FIES, a regulamentação do Ensino a Distância e criação da Universidade Aberta do Brasil (virtual) ampararam a indústria da educação. A tese de que na era da informática a escola presencial é um obstáculo para a aprendizagem e para o aprimoramento cultural vem

ganhando espaço sem que haja resposta do movimento operário, estudantil e docente.

Os vendilhões da escola informatizada contam com a enorme despolitização da juventude. E a responsabilidade é das direções que comandam a UNE, UBES e UMES, que capitularam diante da ofensiva privatizante e da política educacional do governo petista (nada diferente da dos peessedebistas). A ANEL, que nasceu da divisão da UNE, se mostra incapaz de liderar um movimento pela estatização sem indenização do sistema privado. A demagogia esquerdista de sua direção se desmascara a cada situação em que segue os passos da UNE, a exemplo da bandeira dos 10% do PIB para o ensino. O fato é que as organizações estudantis não contam como uma política de defesa do ensino público, gratuito, controlado por quem estuda e trabalha e vinculado à produção social. Está aí por que não se trava a luta consequente pelo acesso universal em todos os níveis do ensino.

A bandeira de defesa geral da juventude – e não somente de uma parcela – traz implicações fundamentais para as bandeiras, tarefas e táticas de luta. O ponto de partida está em unir a juventude explorada sob o programa proletário de combate à escola capitalista, como parte de sua estratégia revolucionária de destruir o capitalismo e construir o socialismo. A maioria que fica fora da escola – especialmente nos níveis médio e superior – é a mais explorada e oprimida. O movimento estudantil não pode ficar de costas para essa força social capaz de pesar em favor das grandes transformações. Somente está de costas porque suas direções não empunham o programa proletário para a educação. Limitam-se a pedir esmolas aos governos da burguesia e a apoiar a medidas privatistas e discriminatórias. Quando não as apóiam diretamente, fazem-no indiretamente, desviando o caminho da luta pela conquista de um sistema de ensino único, público, gratuito e científico.

Os Congressos da UNE e da ANEL que ocorrem simultaneamente indicam que não farão uma mudança de linha – não se colocarão diante da tarefa de expropriação do sistema privado, de constituição do sistema único estatal, de conquistar o livre acesso em todos os níveis, de estabelecer o controle da educação por quem estuda e trabalha e vincular o ensino à produção social. Não se erguerão como força de combate à desnacionalização. Não traçarão, portanto, uma linha antiimperialista e anticapitalista. Mas a vanguarda consciente, revolucionária, deve lutar energeticamente para que esse programa compareça vivamente nos Congressos. Há um ponto particular decisivo a ser colocado pelos delegados – a ofensiva repressiva dos reitores, governos, política e justiça contra as ocupações da universidade. É necessário que a vanguarda também lute para que se aprove uma campanha pelo fim dos processos, perseguições e expulsões de estudantes. Deve-se aprovar uma resolução responsabilizando os governos estaduais e o governo federal pela criminalização do movimento estudantil, operário e camponês. A defesa das liberdades políticas se coloca como parte da luta de democracia e autonomia universitárias. É por essa via que a vanguarda poderá golpear a política dos estalinistas (PCdoB) e dos pseudo-reformistas (PT). O combate por arrancar a UNE das mãos dos colaboracionistas e por superar o divisionismo da ANEL é estratégico.

Notas sobre o entreguismo do governo Dilma Rousseff (PT)

Leilão do petróleo

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) levou a leilão 289 blocos de jazida petrolífera e de gás, perfazendo 155 mil quilômetros quadrados. Concorreram 12 empresas nacionais e 18 estrangeiras, que arremataram 142 blocos. Destacou-se a ofensiva de multinacionais como ExxonMobil, Petra Energia, BP, Total e Petrogal.

A Petrobrás esteve à frente dos lances, mas parte deles em parceria com multinacionais.

Precedeu ao leilão uma campanha de crítica pela demora de cinco anos em realizar a venda das jazidas, pelo fato da Petrobrás ser um obstáculo ao avanço da exploração das riquezas petrolíferas e de gás e pelo Brasil não acompanhar as novas extrações do gás do xisto nos Estados Unidos. Tudo muito bem preparado para que o governo realizasse o entreguismo.

A Petrobrás, desde que o governo de Fernando H. Cardoso a levou à Bolsa, sofreu contínuo processo de desnacionalização. A presença do capital internacional no setor de energia é significativa, ao ponto de comprometer a soberania do País.

Desta vez, não foi a direita entreguista que propiciou maior penetração do capital estrangeiro, mas o governo do PT. Dilma Rousseff esteve empenhada para que tudo desse certo. No dia 16 de maio, o governo petista comemorou o êxito do leilão. E com ela todos os setores burgueses atados ao capital internacional.

Os sindicatos dos petroleiros e sua federação estão sob o controle de governistas (PT, PCdoB). Os nacionalistas do passado agem como bons mascates, alienando o patrimônio do petróleo e gás. Podem se comportar como vendilhões sem serem importunados.

A classe operária que tem o real interesse em defender o País do saque de suas riquezas naturais está desorganizada e encabrestada pela política do PT e seus comparsas. Sem o seu partido, não pôde levantar o programa de expropriação do grande capital e nacionalização sob o controle operário da produção. A Central Sindical e Popular – Conlutas se mostrou incapaz de fazer uma campanha nacional contra o entreguismo. Limitou-se a um pequeno ato no Rio de Janeiro.

Mas essa situação irá mudar. É questão de tempo. A gigantesca sangria do Brasil semicolonial se converte em obstáculo para se superar o atraso econômico e social. A burguesia e seus governantes – o PT cumpre a função de agente do capital – estão obrigados a favorecer os altos lucros das multinacionais com a superexploração da força de trabalho e com a pobreza e miséria da maioria nacional oprimida. Ao facultarem maior penetração das multinacionais, preparam o caminho para o proletariado despertar, assumir a tarefa da independência nacional, que corresponde ao programa da revolução socialista.

Lei dos Portos – passo definitivo para a privatização

O regime militar se caracterizou pelo estatismo. Diz respeito ao grande investimento público em infraestrutura, matérias primas e energia, fundamentalmente. Mas se tratou de um estatismo a serviço da penetração do capital estrangeiro (indús-

tria de bens duráveis, etc.).

O fim da ditadura em 1985 abriu uma etapa de desestatização. O governo de Fernando Collor de Melo estabeleceu o marco das privatizações e do rebaixamento do protecionismo. A gigantesca dívida externa, contraída pelo regime militar, serviu de instrumento de pressão do imperialismo. A entrega dos portos para grupos econômicos explorarem faz parte do processo geral de desestatização.

Em 1993, o governo de transição de Itamar Franco, aprovou a Lei de Modernização dos Portos. Foi dissolvida a estatal Portobrás, criada em 1975 pelo governo Ernesto Geisel, sob o conceito de segurança nacional. Mas recordemos que o problema do controle dos portos pelo Estado foi colocado desde o governo nacionalista de Getúlio Vargas, particularmente em 1934.

A Portobrás foi colocada pela ditadura de corte nacionalista na mesma condição estratégica que a Petrobrás (1953, por Getúlio Vargas) e Eletrobrás (1962, por João Goulart). A partir de Collor, os governos “democráticos” passaram sem exceção a dilapidar o patrimônio público, entregando-o a poderosos grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

As desestatizações têm servido à ofensiva desnacionalizadora. Chegou-se ao ponto que já não se distingue capital nacional e estrangeiro, interesses nacionais e imperialistas. O que indica que as forças produtivas internas passaram a ter um grau de dependência do capital multinacional muito mais elevado.

A MP 595, que aprovada pelo Congresso se tornou Nova Lei dos Portos, dá o passo final da privatização. A privatização de Itamar manteve determinadas restrições à livre exploração capitalista da atividade portuária (o estado conservou algum poder regulatório, estabeleceu a forma mista de portos públicos entregues a privados e portos de controle totalmente privado, protegeu os empresários, que ganharam a licitação e criou Órgão Gestor de Mão de Obra (Ogmo), que deu poderes de contratação à burocracia sindical, etc.).

O novo marco regulatório dá completa liberdade aos capitalistas de construir seus portos para transportarem qualquer carga – não mais precisam cumprir a exigência de carga própria. Os portos públicos privatizados passarão por novas licitações nos contratos vencidos. A mudança no prazo de exploração é significativa. Os novos contratos terão 25 anos de garantia, podendo ser prorrogados por mais 25 anos. A prorrogação não mais depende da decisão do Estado. O que quer dizer que terão garantidos meio século. A interferência do sindicato na contratação da mão-de-obra foi golpeada. O Ogmo perde poder. A livre exploração privada exige que também a força de trabalho esteja sob inteira responsabilidade do patronato.

A Força Sindical fez uma greve para inglês ver. A CUT se comportou como governista. E a CSP-Conlutas não tem capacidade de luta. Houve uma divisão na base aliada do governo, expressa nas emendas do deputado Eduardo Cunha (PMDB), sem que os sindicatos e as centrais a aproveitassem para levantar bandeiras próprias e combater pela reestatização dos

portos.

O governo do PT é completamente entreguista. Tem feito em melhores condições o papel do PSDB. Não encontra resistência entre os explorados, uma vez que os sindicatos estão sob o controle de direções governistas.

A privatização dos portos, aeroportos, ferrovias e rodovias traçada por Dilma Rousseff expressa o movimento geral da burguesia brasileira em se fundir mais profundamente com a burguesia imperialista, na condição de sócia menor.

O processo de submissão da classe operária à democracia

burguesa, depois das greves dos anos 80, deixou o caminho aberto para os capitalistas se movimentarem. Ao não se constituir uma força revolucionária contrária à burguesia nacional, seus partidos e o Estado, os entreguistas se apresentaram como modernizadores perante a população. O governo do PT se colocou a serviço do imperialismo, em nome do desenvolvimento econômico, dos empregos e dos salários. É necessária uma campanha de desmascaramento dos impostores. A luta pela reestatização sem indenização, como se vê, cumpre um objetivo antiimperialista, portanto, revolucionário.

O STF, a oposição burguesa e a crise política

Nos últimos meses, o país tem assistido a uma verdadeira queda de braços entre o Supremo Tribunal Federal (STF), o governo e o parlamento em Brasília. O STF, órgão máximo do poder judiciário brasileiro, com a atribuição de defender a Constituição de 1988 e a ordem jurídica do Estado burguês, está claramente envolvido numa disputa entre as frações da burguesia em torno das consequências da crise internacional e da política econômica aplicada pelo governo Dilma Rousseff (PT), com reflexos nos conflitos entre os partidos da ordem capitalista em face das eleições que se aproximam. Qual a base da atual disputa política em torno do Estado e dos rumos da economia? Qual o papel do STF nas disputas interburguesas? Em que medida o STF tem se constituído como instrumento da oposição burguesa para disciplinar o PT e a sua base parlamentar?

Brasil sente os efeitos da crise mundial

Os dois mandatos de Lula (PT) de 2003 a 2010 foram marcados por crises políticas, que quase desembocaram na instauração de um processo de impeachment do presidente petista em 2005 pelo PSDB. Não foram poucas as denúncias de corrupção nos dois mandatos. Primeiramente, o assessor de José Dirceu, Waldomiro Diniz, apareceu em 2004 numa fita extorquindo o bicheiro Carlinhos Cachoeira, supostamente para arrecadar recursos para as campanhas eleitorais do partido. Em 2005, o assessor do deputado estadual cearense, José Nobre Guimarães, irmão de José Genoíno, atual deputado federal, foi preso com uma alta soma no Aeroporto de Congonhas em São Paulo. Em julho de 2005, veio à tona o chamado “Escândalo do Mensalão”, com denúncias de compra de votos no Congresso Nacional para aprovação de medidas do governo federal e dinheiro de Caixa 2 para financiamento de campanhas. Além disso, não faltaram denúncias de ingerência do então Ministro Antonio Palocci na quebra de sigilo de um caseiro e compra de dossiê por agente do PT em São Paulo.

Tal como assinou a famosa “Carta ao Povo Brasileiro”, em que PT e Lula, então candidato em 2002, se comprometiam a zelar pelos contratos assumidos pelos governos anteriores (inclusive do PSDB), defender o direito de propriedade e manter a ordem vigente, todos os fatos e denúncias apenas indicavam que o PT, definitivamente, havia se afundado no lodaçal da política burguesa e que não fazia mais que reproduzir essas relações oligárquicas dos partidos e frações da burguesia, que parasitam em torno dos recursos e das instituições burguesas. Corrupção, lavagem de dinheiro, compra de votos, chantagem

e negociatas em torno do orçamento são práticas comuns na sociedade capitalista, nos governos e nas instituições estatais.

Ocorre que não foi possível à oposição burguesa (PSDB, DEM) instaurar um processo de impeachment, porque a própria oposição praticava o mensalão e promovia a corrupção nos estados e municípios que administrava. Basta lembrar que a origem do mensalão se encontra no governo de Eduardo Azeredo do PSDB, em Minas Gerais, na campanha ao governo do estado em 1998, marcado por crimes de peculato e lavagem de dinheiro. Segundo, o governo Lula se beneficiava do crescimento econômico mundial, com reflexos na dinâmica da economia brasileira, como baixos índices de desemprego, aumentos das exportações, diminuição da taxa de juros, parques aumentos do salário mínimo e as políticas assistencialistas, em particular o Bolsa Família. A falta de uma base social capaz de impulsionar a crise política e abrir a cassação de Lula e a necessidade de manter a estabilidade econômica burguesa levaram ao recuo da oposição de direita.

Entretanto, situação mundial e da economia brasileira desde o final do segundo mandato de Lula e os primeiros anos do governo Dilma Rousseff mudou substancialmente. Em 2008, a crise econômica internacional irrompeu no setor imobiliário nos EUA, espalhou-se aos bancos e sistema financeiro, atingindo a Europa, o Japão e demais continentes. Uma quebra geral de grandes bancos e multinacionais expôs a profunda crise estrutural do capitalismo, que leva os governos a aplicarem medidas antipopulares contra os explorados em todos os países, como corte de verbas para educação, saúde, moradia, aumento do desemprego, demissão de servidores, reformas na previdência, os chamados planos de austeridade. No Brasil, não foi diferente. Já no final de seu segundo mandato, Lula teve de lidar com a queda no crescimento econômico mundial e nacional e impor medidas de defesa dos grupos capitalistas, em detrimento dos direitos e reivindicações dos trabalhadores.

O governo Dilma Rousseff (PT), ao contrário dos anos de crescimento econômicos que beneficiaram os governos de Lula, tem de enfrentar os efeitos da crise econômica mundial e suas particularidades no Brasil, com cortes no orçamento, avanço das privatizações, subsídios aos setores monopolistas. Mesmo assim, o desemprego começa a dar passos mais largos, os juros tendem a subir, a inflação começa avançar, as importações superam as exportações. O governo teve de enfrentar uma onda de greves em 2012 de professores, servidores e operários das obras do PAC. Essas novas condições da economia e da

luta de classes se expressam nas disputas interburguesas em torno do poder político e dos rumos da economia brasileira. O STF tende a refletir com mais força as disputas das frações da burguesia em torno dos rumos da política econômica e seus reflexos nas relações políticas, que se tornarão mais agudas quanto mais se aproximam as eleições presidenciais.

O caráter oligárquico do Estado e dos partidos

No Brasil, o Estado, os governos, as instituições políticas e os partidos são caracterizados pelas relações oligárquicas, em que determinados grupos econômicos e políticos parasitam em torno dos recursos estatais, em seu próprio benefício, instrumentalizando os poderes e as instituições para as disputas políticas em torno do parlamento, das eleições, das instituições e cargos no governo federal, nos estados e municípios de todo o país.

A Constituição do Estado brasileiro, com independência formal em relação a Portugal não representou verdadeiramente a construção de um Estado soberano, que pudesse jogar um papel independente internacionalmente. O Brasil passou à esfera de influência da Inglaterra, no século XIX, e, logo após, à dominação do imperialismo norte-americano, no século XX. Portanto, o desenvolvimento capitalista no Brasil se deu no contexto da fase imperialista do capitalismo, em que o país só pôde se estruturar como uma semicolônia, tendo os principais ramos de sua economia sob domínio dos monopólios estrangeiros.

A classe dominante foi incapaz de realizar as tarefas democráticas pendentes. Até hoje, tarefas democráticas como a questão agrária, a superação do analfabetismo absoluto e funcional, o desenvolvimento harmônico das forças produtivas do país, a garantia da soberania nacional frente ao imperialismo não foram resolvidas. Pelo contrário, a classe dominante em nosso país se submeteu ao domínio dos grandes monopólios imperialistas e preservou a grande propriedade latifundiária da terra, base das oligarquias regionais e da exploração de amplas camadas de pequenos camponeses, dos sem-terra e das suas famílias. As oligarquias do campo dividem o poder econômico e político com os grandes monopólios, as frações burguesas ligadas aos bancos, à indústria, ao comércio e às finanças.

O Estado, os governos e os partidos refletem o caráter desigual e combinado da estrutura econômica brasileira, que entrelaça as relações capitalistas mais atuais baseadas na grande indústria e na tecnologia mais moderna, concentradas principalmente no Sul e Sudeste e, esporadicamente, em alguns centros industriais na periferia das capitais, de outro, a permanência de relações pré-capitalistas de produção no campo e nos rincões das regiões mais distantes dos centros industriais. Os partidos expressam essa estrutura econômica e social, em que prevalecem, em última instância, os interesses das oligarquias incrustadas no seio do poder público federal, dos estados e dos municípios. PMDB, DEM, PSB, PDT e PSDB como partidos de origem burguesa ou pequeno-burguesa expressam historicamente esses interesses oligárquicos regionais, políticos e econômicos.

O PT, ao se transformar em partido da ordem burguesa, teve de reproduzir os interesses oligárquicos em suas alianças, nos governos e nos métodos de administração e disputa em torno do orçamento. Nos governos de Lula e Dilma Rousseff,

o PT teve de se apoiar nos partidos oligárquicos, sobretudo, no PMDB, PSB e PP. Dependeu de um conjunto de alianças que vão do PCdoB, PDT e PSB ao PP de Paulo Maluf, o PMDB da família Sarney e Renan Calheiros. Teve de distribuir secretarias, ministérios e cargos aos partidos oligárquicos. Teve se meter no lodaçal do Congresso e do Poder Judiciário.

O STF, a oposição burguesa e as oligarquias

O STF é um órgão do poder judiciário e como tal é um dos pilares do Estado burguês. Herdeiro dos tribunais do Império, o STF foi constituído com a proclamação da República pelas oligarquias, sendo um instrumento fundamental na manutenção da ordem jurídica e dos interesses da classe dominante. Portanto, expressou a seu tempo a estrutura do estado oligárquico. Seu princípio fundamental é a defesa da propriedade privada dos meios de produção. Seus membros são indicados pelo presidente da República e passam por uma sabatina do Congresso Nacional. Portanto, são escolhidos a dedo, segundo uma larga lista de serviços prestados à classe capitalista.

O desenvolvimento do capitalismo e a chamada modernização do Estado e das instituições jurídicas e políticas não representaram a extinção das oligarquias que parasitam em torno do Estado. Ao contrário, manteve-se a sua base inicial, a grande propriedade latifundiária da terra, e incrementaram-se as suas frações com a constituição dos monopólios internacionais e frações capitalistas nacionais.

O STF esteve presente em diversos contextos políticos nacionais de crise do Estado e da política burguesas. Basta lembrar a entrega da militante do PCB, Olga Benário, pelo Presidente Getúlio Vargas, com a conivência do STF, as relações dessa corte com governos ditatoriais e militares, a salvaguarda da ordem nos períodos de intensa convulsão da luta de classes no país, as decisões em favor dessa ou daquela fração burguesa, dependentes dos interesses em jogo, das decisões contra os movimentos sociais e os trabalhadores grevistas, impondo verdadeiras medidas de restrição ao exercício do direito de greve.

Sem falar da conivência da mais alta corte com os escândalos de corrupção ao longo da história da República, particularmente nos anos 1990 (Collor, Itamar e FHC), marcados pela imposição das medidas neoliberais de ataque ao conjunto dos explorados e funcionalismo, de privatização de inúmeras estatais (CSN, Vale do Rio Doce, Comunicações, entre outras) e as denúncias do PROER, programa de apoio aos bancos, que drenou uma montanha de recursos do Estado para a oligarquia financeira. Todas essas denúncias de corrupção e desvio de dinheiro público, além das negociatas em torno das estatais privatizadas, passaram incólumes ao STF, que nada mais fez que sepultar as denúncias e acobertar toda a lama da política burguesa.

Ocorre que há uma diferença importante em relação ao período anterior. O PT não é um partido originado no ninho da burguesia. O PT foi produto da reorganização da esquerda no período de crise da ditadura militar no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Para o PT, confluíram o movimento sindical ligado a Lula, que esteve a frente das greves no ABC paulista; setores oriundos da crise e fragmentação do PCB; setores da Igreja católica ligados às comunidades eclesiais de base; a

intelectualidade pequeno-burguesa e parlamentar; bem como, as correntes que reivindicavam do socialismo e da política revolucionária.

Portanto, o PT é um partido que nasceu no movimento social e que, ao longo dos anos 1980 e 1990, teve de se adaptar ao Estado, ao parlamento e à democracia burguesa para pôr em prática seu projeto de reforma do capitalismo e democratização do Estado oligárquico. Entretanto, longe de democratizar a estrutura historicamente oligarquizada, manteve-a e nela se apoiou para garantir a governabilidade. O PT segue a tendência dos partidos oligárquicos, podemos dizer que o PT vem se oligarquizando cada vez mais. Lula (PT) foi um dos presidentes que mais nomeou ministros do STF, como fizeram outros presidentes como Getúlio Vargas (21), seguido dos marechais Floriano Peixoto e Deodoro da Fonseca (15 cada). Foram oito no total: Eros Grau, Carlos Alberto Menezes Direito, Ayres Britto, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski, Cezar Peluso, Joaquim Barbosa e Dias Toffoli. Dos oito nomeados restam seis em exercício. Dilma indicou Rosa Weber e Luiz Fux.

Nem isso foi garantia de que o STF jogasse a favor do governo e se mantivesse imune à influência dos partidos de oposição de direita. Denúncias de corrupção, de tráfico de influência e a julgamento do mensalão determinaram a continuidade dos conflitos entre o STF, o governo e o parlamento. Primeiro, Gilmar Mendes, ministro claramente a favor da oposição burguesa denunciou que Lula pressionava o ex-ministro Nelson Jobim a adiar o processo do mensalão em troca de blindagem na CPI de Cachoeira. Os dois admitiram o encontro, mas negaram que tenham conversado sobre o mensalão. O fato é que figuras importantes do PT foram condenadas pelo STF, tais como José Dirceu (ex-ministro da casa civil), José Genoíno (ex-presidente do PT e atual deputado federal), Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) e o deputado João Paulo Cunha (PT-SP), além de ex-diretores de bancos, Marcos Valério e membros de partidos da base, como PP e PMDB, entre outros.

O STF não precisou se amparar em uma montanha provas. Utilizou a tese do “domínio do fato” para condenar os petistas e disciplinar o governo e o Congresso, criando um fato político que beneficia a oposição de direita e expõe os profundos vínculos da mais alta corte com as disputas políticas dos partidos no Congresso e no seio do Estado, em torno do orçamento, da política econômica e dos rumos do país nas eleições de 2014. Recentemente, o governo de Dilma Rousseff, sua base de apoio e o PT tentaram passar no Congresso, pelas mãos do deputado

Nazareno Fonteles (PT-PI) a PEC 33, que permite ao parlamento cassar as decisões do STF, o que desencadeou uma nova crise entre o STF e o Congresso. No mesmo dia, o Ministro Gilmar Mendes concedeu uma liminar, suspendendo a tramitação de um projeto de lei que dificulta a criação de novos partidos e regulamenta a divisão do tempo de propaganda eleitoral nos meios de comunicação claramente em favor do PT e da base aliada. Rapidamente, PSDB, PDT e PSB se colocaram contra o projeto. De outro lado, PT, PMDB e DEM defenderam o projeto de lei. Há uma movimentação dos partidos em torno dessa crise, sendo que de um lado, a base de apoio do governo começa a sofrer um abalo, enquanto o DEM, aliado até o presente momento do PSDB, ensaia uma aproximação ao governo, seguindo o PSD. As disputas em torno dos royalties do petróleo e das privatizações dos portos apenas põem mais fogo nas disputas interburguesas. Certamente, a oposição de direita recorrerá ao STF para dar a palavra final sobre essas questões, o que o fará, em defesa dos interesses gerais da classe dominante.

Nenhuma confiança no Estado, governo, parlamento e STF

Os partidos da ordem burguesa apenas expressam com o conflito instalado a disputam em torno do Estado, do governo, do orçamento, das instituições políticas, do controle do STF, que tem como base as condições econômicas e sociais da crise internacional da economia capitalista e seus reflexos na economia brasileira. Nenhum desses partidos questiona as medidas do Judiciário, muito menos da sua mais alta corte, de ataques aos trabalhadores assalariados, ao proletariado, ao campesinato, ao funcionalismo, aos estudantes e movimentos sociais. As principais centrais sindicais (CUT, FS, CTB, entre outras) apoiam o governo, se aliam aos patrões, conciliam com as medidas de flexibilização, são coniventes com as reformas em curso e se calam diante da profunda exploração e repressão sobre os operários das obras do PAC. Por outro lado, a Conlutas e o PSTU, ao defender a anulação da Reforma da Previdência, via STF, reabilita esta instituição, marcada pelas disputas entre as frações da burguesia e alimenta a ilusão de que o STF está acima dos conflitos de classe. O POR defende a derrubada da Reforma da Previdência pela via da ação direta das massas (bloqueios, greves, ocupações, manifestações), e denuncia o caráter de classe do STF, chamando os explorados a não depositarem qualquer confiança no Estado, no governo, no parlamento e no Judiciário.

Apurar toda a verdade sobre os crimes da ditadura e punir os torturadores e assassinos

Por um Tribunal Popular

A Comissão Nacional da Verdade (CNV) ganhou mais seis meses para finalizar seus trabalhos de apuração sobre os casos dos desaparecidos, torturas e assassinatos ocorridos no período da ditadura militar. Desde que foi instalada no governo de Lula, mostrou pouco progresso em comparação ao que já se sabia.

A montanha de documentos servirá à memória histórica. Mas apenas em parte. As Forças Armadas tomaram a posição de inviabilizar o esforço da CNV de penetrar nos seus segre-

dos. Os comandantes responderam aos seus pedidos com desdém – “os arquivos foram queimados”. A nova coordenadora da CVN, Rosa Maria Cardoso, revelou que os seus membros foram impedidos de entrar nas dependências dos centros de inteligência das Forças Armadas – CISA (Aeronáutica), CIEX (Exército) e CEMINAR (Marinha). É conhecido que serviram de centro de tortura e execução de prisioneiros da luta armada.

Não foi preciso criar a Comissão Nacional da Verdade para

se saber a lista dos mortos, dos desaparecidos, dos casos de tortura e de alguns nomes de militares e policiais responsáveis. O movimento “Tortura Nunca Mais”, a “Comissão de Familiares de Presos Políticos, Mortos e Desaparecidos” e o projeto “Brasil Nunca Mais” cumpriram, em grande medida, esse objetivo.

Assim que a “transição democrática” se realizou, iniciou-se um processo parlamentar em torno da repressão do ciclo militar aberto com o golpe de 1964. A lei 9.140, aprovada em fins anos 90, foi um primeiro passo para o Estado reconhecer a sua responsabilidade pelas prisões, perseguições, mortes e desaparecimentos. No entanto, tratava-se tão-somente de abrir um processo de esclarecimento e indenização do atingidos. A Comissão de Anistia se encarregou de definir quem tinha o direito de reparo financeiro.

A descoberta das ossadas no Cemitério de Perus, em 1990, colocou a questão da revelação do paradeiro dos corpos desaparecidos e do reconhecimento de suas identidades. Foi um longo percurso que se esgotou com o fracasso das investigações sobre o paradeiro dos militantes do PCdoB assassinados no Araguaia. Ficou claro que tudo que dependesse das Forças Armadas seria bloqueado.

Pode-se concluir que a “Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos” (CMDP) foi cerceada desde o Ministério da Defesa, mesmo depois de estar amparada pela Lei 9.140. Os processos de indenização, por sua vez, serviram de meio político para desviar o fundamental, que é a exposição dos responsáveis pelo terror de Estado. As compensações indenizatórias serviram para corromper e manchar a memória dos que tomaram em luta contra a ditadura.

A abertura dos arquivos do DEOPS de São Paulo, em 1992, pouco serviu, uma vez que estavam violados. O mesmo se passou com os DOPS de outros estados.

Terminada a etapa de reconhecimento de responsabilidade judicial do Estado, de indenização e elucidação dos desaparecidos, passou-se para o da tarefa de publicação de um relatório final da Comissão Nacional da Verdade. A Lei da Anistia, de 1979, resguardou os militares e policiais torturadores e assassinos de qualquer percalço no futuro. O Supremo Tribunal Federal (STF) foi acionado para deixar assentado que nenhum dos poderes do Estado contaria com a legalidade para levar os agentes da ditadura ao banco dos réus. A “Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos” e a “Comissão Nacional da Verdade” estiveram, assim, tolhidos pela Lei da Anistia.

Mas como não apresentar a face de alguns notórios torturadores, assassinos e ocultadores de cadáveres? Na Argentina, pelo menos algumas altas autoridades tiveram de responder judicialmente pela matança. Foram julgados e condenados. Mesmo que tenha se tratado de uma ação seletiva e limitada do Estado, houve alguma punição. O dilema brasileiro se espelha no país vizinho.

O fato é que os militares colocaram condições para o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. Lula as aceitou. O seu objetivo é o de apenas esclarecer. Mas como cumpri-lo se a identidade dos torturadores e assassinos permanece oculta?

No dia 10 de maio, em sessão da CNV, ocorreu a esperada audiência pública do coronel da reserva Carlos Alberto Bri-

lhante Ustra. O torturador-assassino se deu o luxo de defender a ditadura, de vilipendiar os militantes mortos, mentir e ainda por cima atacar a presidente Dilma Rousseff pelo seu vínculo passado com a esquerda armada. O homem deve ter saído aliviado com seu desempenho diante de uma CNV passiva e de um governo incapaz de levantar a voz para os generais.

A justiça de São Paulo já reconheceu Ustra como responsável pelos crimes e barbaridades promovidos pelo DOI-CODI. Mas nada foi feito para prendê-lo.

A impotência das instituições em identificar a cadeia de comando e execução é o que sobrar da tentativa de apurar a verdade histórica. Não se trata apenas do poderio das Forças Armadas, mas também dos limites que a burguesia impõe ao seu denominado Estado de Direito.

A ditadura militar serviu à burguesia brasileira e ao imperialismo. Essa é a verdade histórica que o Congresso Nacional não tem como reconhecer e apurar. Na Argentina, que foi mais longe em seu processo a importantes figuras governamentais, o mesmo se passou e se passa. Assim, o “Estado de Direito” não pôde ir à raiz da política burguesa que deixou um saldo de trinta mil mortos. A punição foi circunscrita a uma pequena parte da verdade histórica. O golpe militar de 1964 no Brasil - igual que na Argentina, Chile, etc. - contou com o apoio da classe capitalista e com a participação dos Estados Unidos. Os sucessivos governos militares cumpriram sua missão de estabilizar a economia à base do esmagamento das liberdades políticas e da violência policial contra o movimento operário e camponês.

Esse é fundamento sobre o qual se erigiu um regime de terror de Estado. Está aí por que a apuração dos crimes da ditadura serve para ocultar o rosto da classe burguesa e do imperialismo. Todos os golpes militares do período - mais ou menos genocidas (Argentina, Chile, Brasil) -, na América do Sul, correspondem a uma situação de crise capitalista e de agravamento da luta de classes. A burguesia para conservar seu poder recorre à força das armas e do terror de Estado. Essa é a evidência histórica dos brutais assassinatos, prisões e torturas.

Dizem os promotores da Comissão Nacional da Verdade que não se trata de revanche ou retaliação aos golpistas de 1964, mas de apenas apurar a verdade, sendo esta a única que pode reconciliar a nação, fechar as feridas e assim precaver o futuro para que não volte a acontecer o arbítrio. Belo fraseado pequeno-burguês dos democratizantes. As ditaduras são inerentes ao capitalismo decadente e a resposta dos exploradores à tendência dos explorados se levantarem contra a opressão.

Os politiquinhos democratizantes estão empenhados em fechar esse episódio com um relatório. E somente estão tendo esse espaço porque a luta de classes foi sufocada pela ditadura e depois controlada pela democracia. A desorganização da classe operária, a estatização dos sindicatos e ausência de um partido revolucionário amplamente estruturado no seio das massas impossibilitaram que estas tomassem em suas mãos a resposta aos crimes da ditadura militar.

A constituição de um *Tribunal Popular* é o instrumento que pode ultrapassar os limites da Comissão Nacional da Verdade e superar sua impotência.

Retrato da barbárie capitalista

No final de abril, foram julgados 26 policiais por terem participado da chacina do presídio do Carandiru, em outubro de 1992. Foram assassinados 111 presos na invasão do Pavilhão 9 pela tropa de elite. Os 26 acusados de execução respondem apenas por 15 mortes. Estão previstos mais três julgamentos, atingindo 53 policiais. O total de denunciados soma 84, destes 5 já morreram sem serem importunados.

O caso envolve altas autoridades como comandantes, secretário da segurança e governador. Mas os responsáveis finais se safaram de qualquer imputação. O governador Luiz Antonio Fleury Filho e o secretário da Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, foram convocados a depor como testemunhas, quando deviam estar no banco dos réus.

Vinte e três policiais receberam a pena de 156 anos de prisão. Mas esse monumental número de anos, que equivale à prisão perpétua, não passa de uma máscara. Os matadores saíram tranquilamente do Fórum. Aguardarão em liberdade o recurso enviado a instância superior. Assim, não pagarão nada pelos fuzilamentos dos presos indefesos.

O julgamento foi realizado mais de 20 anos depois do ocorrido. Registramos essa façanha não por simples indignação, mas para denunciar o caráter bárbaro da Justiça burguesa no Brasil. É-nos bem conhecido como esta discrimina os pobres dos ricos. Mas não temos na memória um processo e um julgamento tão desavergonhados quanto monstruosos, considerando que os réus mataram os detentos enjaulados e incapazes de provocar um arranhão sequer nos policiais.

O coronel Ubiratan Guimarães ordenou que a tropa da Rota, COE e GATE invadissem o Pavilhão 9 e fizessem uma limpeza. Coube à Rota 78 mortos, ao COE, 8 e ao GATE, 25. Essa é a conta publicada, mas uma das testemunhas relatou que os presos que subiram para o teto do presídio foram me-

tralhados pelo helicóptero.

Na ocasião, o assassinato chocou pelo número de mortos, mas não teve resposta política. A cena de horror foi rapidamente desfeita. Nada do que ocorreu no Pavilhão nove transpareceu para a população. Mas as descrições deixadas pelos presos que escaparam com vida pintam um quadro de terror, que lembra a chacina de Canudos, com a diferença de que os sertanejos morreram lutando.

Há um preceito burguês que diz “um bandido bom, é um bandido morto”. O capitalismo é uma fonte copiosa e perene de miséria e de criminalidade. Entra governo e sai governo, a criminalidade continua a crescer e com ela a violência policial. Não se toca nas causas. A burguesia não pode deixar transparecer a fonte perene da degenerescência de uma parcela significativa dos explorados e da violência policial. Cria-se na população a ideia e o sentimento de que as monstruosidades dos bandidos se resolvem com a monstruosidade policial (cultivada e apresentada como justiceira e protetora da sociedade).

Essa via não tem fim. É necessário combater por outra consciência – a de que a classe burguesa e seu regime social são os responsáveis pela situação de barbárie que se estampa na criminalidade e na matança promovida pelo Estado. Acabemos com o capitalismo, eliminemos a exploração do homem pelo homem, transformemos a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social e assim desaparecerão a miséria, a criminalidade, a polícia e os infames presídios.

A classe operária vai se erguer como classe revolucionária. É questão de tempo histórico. E limpará o mundo do sangue jorrado pelo capitalismo.

A bandeira que responde à chacina do Carandiru é de um **Tribunal Popular**. A Justiça burguesa serve à barbárie e não à civilização humana.

Exemplo de José Ibrahim

No dia 2 de maio, faleceu o sindicalista José Ibrahim. Ganhou nota na imprensa e elogio do ex-prefeito de São Paulo Gilberto Kassab. E por quê? Porque José Ibrahim morreu empunhando a bandeira do capitalismo. Mas nem sempre esteve do lado dos exploradores.

Em 1968, com 20 anos, se destacou como direção da resistência operária à ditadura militar. Foi eleito presidente do Sindicato Metalúrgico de Osasco pela chapa de oposição. Liderou a ocupação da metalúrgica Cobrasma. Radicalizados pela direção de Ibrahim, os operários fizeram inúmeros reféns. As negociações envolveram diretamente o ministro Jarbas Passarinho, do governo Costa e Silva. A decisão da ditadura e do governador (interventor) de São Paulo Abreu Sodré foi a de invadir a Cobrasma, desconhecendo as ameaças dos ocupantes. Centenas de prisões, foi o saldo do enfrentamento.

Apesar da ocupação da poderosa metalúrgica ter motivado greves em várias fábricas de Osasco, não houve como manter a luta. Encerrou-se a possibilidade do proletariado se destacar como a força social capaz de derrotar o regime ditatorial.

José Ibrahim passou para a resistência armada, estreitando seus laços com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), que se notabilizou pelos métodos foquistas e pelo acirrado nacionalismo pequeno-

burguês militarista. Passou pelas sessões de tortura. Foi exilado em 1969, juntamente com mais 14 presos da ditadura, em troca da libertação do embaixador Charles Elbrick, feito refém pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8 - a data se refere à execução de Ernesto Che Guevara) e Aliança de Libertação Nacional (ALN).

O operário metalúrgico e sindicalista José Ibrahim tomou parte dos acontecimentos que dariam lugar à constituição de várias correntes da luta armada foquista. O fundamental nos acontecimentos, certamente, foram as derrotas da greve com ocupação de fábrica em Osasco e logo em seguida a de Contagem, em Minas Gerais. O refluxo do proletariado e a quebra do movimento estudantil em 1968 explicam, em grande medida, o fenômeno da resistência armada de praticamente todas as correntes, luta essa completamente desvinculada das massas.

José Ibrahim voltou do exílio e se pôs a construir o PT. Desentendeu-se com o lulismo e bandeou para o PDT (tudo indica que de fato o jovem Ibrahim começou sua vida política no nacionalismo brizolista). Pôs-se a serviço da burocracia de direita, participando na organização da Força Sindical, deslocou-se para União Geral dos Trabalhadores (UGT) como funcionário dedicado ao departamento de formação polí-

tica. Por esse caminho, acabou servindo a Gilberto Kassab, que rompeu com o DEM e formou o PSD. Sua função no PSD foi a de criar um braço desse partido burguês no movimento sindical. O homem de 66 anos já não guardava nada de seu passado juvenil, o havia desonrado.

José Ibrahim, por suas entrevistas sobre o período de 1968, demonstra inteligência. Não foi um elaborador de posições. A sua vergonhosa trajetória depois da volta do exílio revelou a face superficial de sua personalidade e a facilidade como se valeu da política burguesa para sobreviver.

As profundas deformações do foquismo e do nacionalismo pequeno-burguês não permitiram que o vibrante líder operário da ocupação da Cobrasma se elevasse ao marxismo-leninismo-trotskismo. Ao assumir o método do foco guevarista, que se caracteriza pela luta armada desvinculada da evolução política do proletariado e do armamento das massas, José Ibrahim se desencontrou do marxismo e da necessidade de construir o partido da revolução socialista.

O golpe militar de 1964 contou a seu favor com a crise de direção revolucionária. O Partido Comunista Brasileiro fechou seu longo ciclo de colaboração de classe e de teste ao seu programa da revolução democrática encarnada pela burguesia, considerada progressista, apoiando o governo de João Goulart. O estalinismo se estilhou em várias correntes foquistas, todas agarradas ao mesmo fundamento da revolução nacionalista.

Em 1961, constituiu-se a Política Operária (POLOP), pretensa alternativa de esquerda ao PCB. Chegou a ser confundida como trotskista, mas na realidade abrigava tendências distintas, mal formadas e mal fundamentadas, entre elas ex-estalinistas, socialistas, rosaluxemburguistas e trabalhistas. Os seus intelectuais – a POLOP foi constituída por ação de intelectuais radicais da pequena-burguesia, que não se dispuseram a penetrar no seio do proletariado – supunham a possibilidade de uma corrente que estivesse entre o estalinismo e o trotskismo.

No Brasil, o estalinismo estava bem definido, mas não o trotskismo, que se dissolveu ainda na década de 1930. Em 1953, o que restou da experiência da década de 40 desaguou na formação do partido posadista (PORT, que se dissolveu no PT), cuja caricatura trotskista

serviu para confundir e atrasar a luta pelo partido revolucionário. Para os estalinistas e ex-polopistas, é conveniente tratar o posadismo de “trotskista”.

O que tem a ver esses aspectos da história política do período, em parte, vivido por José Ibrahim? Ocorre que a POLOP admitiu o foquismo, assimilando as pressões castro-guevaristas, e foi matriz de divisões: Comando de Libertação Nacional (COLINA), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e Partido Operário Comunista (POC). Finalmente, a COLINA já desmantelada pela repressão se fundiu com a VPR e nasceu Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-PALMARES), em 1969, sob a avaliação de que o erro estava em começar a luta armada nos centros urbanos, quando deveria ser pelo campo.

As lideranças operárias que sobreviveram à varredura de 1964 não tinham como confluir com uma política marxista, porque esta estava ausente e desfigurada pelo estalinismo, castro-guevarismo e maoísmo. O destino de José Ibrahim foi o de aderir à inconsequente VPR. O fato de ter liderado a resistência operária mais formidável aos ataques da ditadura aos salários e às condições de trabalho da maioria oprimida projetou o sindicalista na história da luta de classes no Brasil.

O seu percurso de dirigente da greve com ocupação, de militante clandestino da VPR, de exilado e de sua decomposição final na política burguesa traz inestimáveis lições. A assimilação do marxismo-leninismo-trotskismo é decisiva para que a vanguarda revolucionária cumpra seu lugar na luta pela destruição do capitalismo. José Ibrahim não teve essa possibilidade e se desviou prematuramente da tarefa de construir o partido da revolução proletária. É claro que essa circunstância histórica não o exime de responsabilidade e nem o livra de sua adaptação ao que há de mais podre na burocracia sindical.

No dia 1º de Maio, Ibrahim subiu no palanque da Força Sindical e dos partidos da burguesia (PDT, PSB, PSDB, etc.), no Campo de Bagatelle, em São Paulo, no dia seguinte morria de enfarte. Esse foi o último ato de traição ao seu passado. O que nos interessa são as lições de um período tão extraordinário da história da luta de classes no Brasil.

Pontos para um programa proletário para a saúde

1. A saúde no Brasil semicolonial

A precariedade da saúde no Brasil está condicionada pela etapa do capitalismo em que vivemos. Sob o imperialismo, não há mais possibilidades de avanços sociais permanentes e em larga escala. O Brasil comparece perante o sistema capitalista mundial como um país semicolonial, onde formas atrasadas e formas altamente tecnológicas são combinadas. As longas filas de espera para exames, consultas e cirurgias, a falta de médicos, hospitais, leitos e equipamentos não podem ser vistas de forma isolada. Partimos das tarefas democráticas não resolvidas para denunciar que o capitalismo é um regime histórico esgotado. Não haverá direito universal à saúde no país enquanto existir a miséria (que persiste apesar da maquiagem do governo); analfabetismo; falta de saneamento básico e um salário mínimo que preenche menos de ¼ das necessidades vitais de uma família trabalhadora. 20% dos brasileiros não têm acesso a água potável; a coleta de esgoto não chega a 63,8%; e só 37,9% do esgoto gerado recebe algum tipo de tratamento. A solução destes problemas, por sua vez, se chocam com a base do próprio sistema capitalista, que é a apropriação privada da riqueza produzida socialmente.

O sistema de saúde expressa o domínio da classe burguesia. Os atendimentos mais eficazes da medicina tecnológica são destinados à burguesia e à alta classe média, capazes de pagar enormes custos. Parte da pequena burguesia arruinada e do proletariado se sacrifica para pagar seus planos de saúde, sem terem acesso, contudo, aos tratamentos necessários. Outra parcela das classes oprimidas, 68% da população brasileira, depende exclusivamente do Sistema Único de Saúde, SUS, amargando todo tipo de humilhação e descaso.

As desigualdades regionais, que correspondem à lei do desenvolvimento desigual e combinado, operam decisivamente sobre o atendimento recebido. Há uma gigantesca concentração de médicos e hospitais no Sudeste e nas capitais. São inúmeras as cidades do interior que não contam com um médico sequer.

A lógica mercantil no atendimento à saúde significa a morte dos explorados. Morte imediata por falta de atendimento ou vida abreviada pela falta de condições dignas de sobrevivência somada à falta de tratamento adequado. A política do Partido Operário Revolucionário parte da defesa dos interesses gerais e defesa da vida dos oprimidos. Estes interesses e condições estão em choque com a

manutenção do capitalismo.

2. Financiamento insuficiente

O financiamento do sistema de saúde brasileiro, pretensamente universal, é insuficiente. O orçamento do governo federal para 2012 previa 3,98% do orçamento público para à saúde, e 0,14% ao saneamento, enquanto o pagamento de juros e amortizações da dívida 47,19%, que correspondem a mais de 1 trilhão de reais. Em 2011, o gasto per capita em saúde no Brasil era de US\$ 943 e equivalia a 9% do PIB. A comparação com países que têm sistemas universais revela a insuficiência deste gasto: Alemanha US\$ 4.129 per capita, 11,4% do PIB; França US\$ 3.931 per capita, 11,4% do PIB; Portugal, US\$ 2.703 per capita e 11,0% do PIB; Cuba, US\$ 480 per capita, 11,30% do PIB. Mesmo nesses países, os recursos da saúde vêm sendo cortados em função da crise econômica mundial. Deste gasto com saúde, 54% tem origem privada. Em Cuba, os gastos públicos atingem 92,70%. As bandeiras de mais financiamento ou de recursos públicos só para a saúde pública são insuficientes, pois não atacam o cerne da crise da saúde que é a sua mercantilização. A consigna de expropriação de toda rede privada e conveniada e a estatização sob o controle dos trabalhadores é uma resposta a raiz da decomposição do sistema de saúde.

3. Coexistência do sistema público e privado

Além de mais da metade dos gastos com saúde terem origem privada, o que desnuda a farsa da universalização, grande parte do orçamento público para a saúde é transferido para a iniciativa privada. Por exemplo, hoje 62% dos recursos públicos destinados a procedimentos de alta e média complexidade são absorvidos por convênios e serviços de rede privada, por meio do SUS. Desde o movimento pela Reforma Sanitária, que antecedeu e influenciou a Constituição de 1988, estabeleceu-se a meta de uma estatização gradual e progressiva. O SUS já foi lançado como um sistema apenas parcialmente público, que admitia a saúde privada como complementar. O complementar, porém, torna-se cada vez mais o principal. As políticas do Estado não apontam para o caminho da progressiva estatização, mas sim da acelerada universalização do sistema privado. Ou seja, a coexistência do público com o privado condiciona a destruição do público.

4. Avanço da privatização e desnacionalização

É inerente ao capitalismo a necessidade de criar novos campos – ainda não explorados ou ocupados – para a valorização do capital. Com a crise econômica mundial, por sua vez, avança a destruição dos serviços sociais e a transformação de parte deles em mercadoria, justamente a parte que pode servir para valorizar o capital. A mercantilização da saúde é parte deste contexto. Como mercadoria, a saúde é impactada pelas tendências concentracionistas.

Governo Federal, estados e municípios lançam medidas que aprofundam a privatização da Saúde. Com incentivos aos planos privados na forma de isenções fiscais, subsídios para a expansão do mercado e linhas de crédito. Grandes grupos do mercado dos planos de saúde (Bradesco, Qualicorp e Amil) ditam a política do governo de Dilma Rousseff. Favorece-se a desnacionalização do setor. No início de 2013, a empresa norte-americana United Health comprou 90% da AMIL, que opera a maioria dos planos privados de saúde do Brasil. O foco da expansão dos planos é o público

de baixa renda. O número de usuários de planos de saúde passou de 34,5 milhões, em 2000, para 47,8 milhões, em 2011, tornando o Brasil o 2º mercado mundial de seguros privados. O pagamento de um plano, porém, não garante atendimento adequado, há dificuldades em marcar consultas, alta rotatividade dos médicos, exames e cirurgias não credenciados, preços exorbitantes, etc. As punições da Agência Nacional da Saúde são seletivas, atingem as empresas menores, não cartelizadas na Federação Nacional de Saúde Suplementar (FENASAÚDE), impondo restrições que favorecem futuras aquisições por parte dos grupos mais fortes, vinculados ao capital internacional.

Este quadro soma-se às medidas privatistas ocultas sob o discurso da modernização da gestão: Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), Fundações Estatais de Direito Privado (FEDPs), Parcerias Público-Privada (PPPs) e agora a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

5. As lutas dos explorados

A situação calamitosa da saúde empurra os oprimidos para explosões de desespero e revolta que se manifestam no cotidiano dos postos de saúde e hospitais. Os trabalhadores da saúde realizam manifestações e greves constantemente, denunciando o sucateamento do serviço público e reivindicando melhores condições de trabalho e direitos sociais. As direções destes movimentos, porém, são impotentes para responder à situação. As organizações nos bairros são dirigidas por cabos eleitorais de determinados políticos, no máximo conseguem algumas migalhas de alguns parlamentares em troca de votos. Os sindicatos de trabalhadores são conduzidos por direções burocratizadas, oficialistas e reformistas, que isolam as lutas e as subordinam à esfera judicial e parlamentar. Um dos canais de domesticação da revolta dos trabalhadores são os mecanismos de “participação popular”. O controle social previsto na reforma sanitária se mostra como caricatura, realizado por meio dos Conselhos Municipais e Nacional de Saúde, que favorece o pacto social e a cooptação de lideranças.

6. As bandeiras proletárias para a saúde

O movimento deve partir das reivindicações mais sentidas pelos explorados, que permitem unificá-los e organizá-los com independência perante a burguesia, seu Estado e seus partidos. Os métodos de luta são aqueles próprios do movimento operário: greves, ocupações, piquetes, atos de rua. A defesa da saúde pública para ser consequente se choca com as multinacionais e os grupos monopolistas. Terá de derrotar a política privatista do governo e a colaboração das burocracias sindicais. *Defendemos a estatização sem indenização do sistema privado e constituição de um Sistema Único de Saúde público, gratuito e sob o controle dos trabalhadores. Diante da terceirização, defendemos a efetivação destes trabalhadores sem concurso, garantindo a equiparação de direitos. Mais do que isso, é preciso combater o desemprego com a Escala Móvel das Horas de trabalho.*

Não há como reformar progressivamente o sistema de saúde no interior do capitalismo em decomposição. As reivindicações quanto ao direito à saúde estão ligadas à tarefa histórica de destruir a sociedade de classe, transformando a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social (coletiva), por isso são reivindicações transitórias que levam à luta pelo socialismo.

Que o CONUNE rompa com o governo e aprove um plano de luta

Que o Congresso da ANEL se coloque por construir uma fração de oposição revolucionária e delibere um plano de luta!

Tese da Corrente Proletária Estudantil/POR

O Congresso da ANEL tem como tarefa central aprovar um plano de lutas que responda à repressão e criminalização dos estudantes, erga as bandeiras que unifiquem a juventude ao redor da defesa do ensino público e gratuito para todos, unifique a juventude aos explorados e oprimidos na luta de classes, colocando-os ao lado dos explorados contra os exploradores, nacional e internacionalmente. Destacamos, quanto a isso:

Conjuntura

As tendências recessivas mundiais da crise de superprodução vêm arrastando o Brasil. A década de estabilidade econômico-financeira, de crescimento e de acúmulo de reservas cambiais está servindo de amortecedor para as pressões da crise mundial capitalista. Mas a capacidade de reagir aos brutais impactos da crise de superprodução tem se reduzido. É o que também acontece nos demais países semicoloniais, como é o caso da Índia, Rússia, África do Sul e especialmente a China, cujo desenvolvimento industrial e comercial ainda é mais elevado que a maioria dos países igualmente semicoloniais. De conjunto, todas as economias se desaceleram. A retração não mais permite a quase unanimidade burguesa em torno da política econômica que prevaleceu sob o governo de Lula. Política essa que se caracterizou por dar um salto no endividamento da população, incentivar o consumo, favorecer grupos empresariais, franquear a importação de capitais e avançar a penetração multinacional. O estreitamento do mercado mundial e o recrudescimento do protecionismo sufocam a economia brasileira, que vinha recuperando terreno perdido nas décadas anteriores já mencionadas. Tais mudanças precipitam as disputas interburguesas em torno da política econômica do governo de Dilma Rousseff. O grande capital determina o rumo da política econômica e o teor das medidas. O governo procura se adaptar, considerando os interesses gerais da classe capitalista. No caso, conforme o desenvolvimento da crise. O governo petista procura equilibrar essas forças burguesas que se movem por interesses particulares. A crise geral do capitalismo obriga o imperialismo a aumentar o saque das riquezas nacionais das semicolônias. Esse é o problema fundamental por onde se manifesta e passa a crise interna do Brasil.

As medidas de proteção à oligarquia industrial, agroindustrial e financeira não apenas não servirão à defesa do País, como o tornarão mais vulnerável à crise de superprodução e à destruição maciça de forças produtivas. O desenvolvimento da crise econômica tende a acentuar a crise política.

Nesse quadro, os trabalhadores estão desarmados quanto à sua organização e capacidade de mobilização. Os acordos de flexibilização do trabalho e a convivência com as manobras das montadoras, que, finalmente, resultam em demissões são a prova cabal de que os sindicatos estão nas mãos de uma burocracia reacionária. A

CUT se transformou em carro-chefe da estatização dos sindicatos em níveis nunca vistos, facilitando o divisionismo organizativo e fortalecendo ao seu lado a fração direitista representada pela Força Sindical. O sindicalismo burocrático serve de canal de expressão aos interesses materiais das multinacionais e às posições políticas do grande capital nacional. O controle dos sindicatos e das centrais pela casta de sindicalistas profissionais constitui uma poderosa trava à tarefa de unificar a classe operária regional e nacionalmente. E tem conseguido bloquear a luta nos principais núcleos da classe operária. Mas o ascenso operário nas obras do PAC, com manifestações por meio de revoltas, mostram o caminho que o proletariado seguirá no curso do desenvolvimento da crise, e que o colocará em oposição à burocracia conciliadora.

E temos visto um recuo do movimento camponês, que apoiou a eleição dos governos petistas e que sofre com o estrangulamento da reforma agrária e a ofensiva repressiva dos capitalistas, que ficam impunes. Com os sindicatos operários estatizados, torna-se mais difícil estabelecer a aliança operário camponesa, necessária para levar a luta pela terra até a vitória sobre o latifúndio.

O movimento estudantil tem enfrentado a política dos governos federal e estaduais de favorecimento à privatização, elitização, precarização e maior ingerência sobre as universidades. Mas enfrenta a repressão governamental e falta de centralização e unificação das lutas.

A crise geral capitalista e seus reflexos na economia brasileira constata a atualidade do Programa de Transição da IV Internacional. Trata-se de aplicá-lo de acordo com o desenvolvimento da luta de classes, que mundialmente entrou em uma etapa de vigorosa atividade. Não se devem desligar os acontecimentos protagonizados pelo proletariado europeu e de outros países com os do Brasil. Não se tem apenas a ampliação da crise de superprodução, mas também os conflitos de classe e nacionais, em várias partes do mundo. Destacam-se os levantes populares e as guerras civis no Norte da África (Tunísia, Líbia e Egito) e Oriente Médio (Síria, Palestina, etc.) e greves e manifestações na Europa Ocidental. Na Argentina e Bolívia, o agravamento da crise política e o movimento das massas vêm num crescente. É de se esperar que a crise avance sobre a América Latina. Não se pode precisar o ritmo, mas, pela extensão dos conflitos das forças produtivas com as relações de produção e com as fronteiras nacionais, não é difícil que possa dar saltos. Em qualquer parte que a crise econômica abra caminho para a crise política, logo expressa seu vínculo internacional com as necessidades dos explorados do mundo todo. A defesa das necessidades mais elementares da maioria se choca com o conjunto da classe capitalista e, particularmente, com o grande capital nacional e multinacional.

A situação de crise e de ataque à vida das massas exige: 1)

Combater os planos patronais e governamentais que sacrificam as massas e saqueiam o país; 2) Enfrentar a burocracia sindical pró-patronal e pró-imperialista com as bandeiras dos explorados e com a política internacionalista do proletariado; 3) Derrotar a política centrista de divisão das Centrais; 4) Arrancar os sindicatos das mãos da burocracia, impondo a democracia proletária, e trabalhando pela constituição de uma única central sindical, classista e democrática; 5) Desenvolver a unidade dos explorados, na luta de classe contra classe; 6) Trabalhar pelas bandeiras da revolução agrária; 7) Combater a violência reacionária da burguesia no campo e na cidade, enfrentar a criminalização dos movimentos sociais; 8) Responder com a bandeira de tribunal popular aos crimes da burguesia; 9) Defender o direito de autodeterminação das nacionalidades indígenas; 10) Defender a juventude como parte do programa proletário. 11) Levantar sistematicamente as reivindicações que protegem as massas da exploração e da decomposição do capitalismo – salário mínimo vital, com escala móvel de reajuste, escala móvel das horas de trabalho, estabilidade no emprego, jornada de trabalho para a juventude compatível com a jornada nos estudos; 12) Propagandar a bandeira estratégica dos Estados Unidos Socialistas da América Latina.

Esse programa permite concretizar a oposição revolucionária ao governo Dilma, a partir da defesa das bandeiras e métodos de luta que permitem unificar e centralizar as massas em defesa de suas necessidades mais imediatas e ligar essas lutas à necessidade de destruição revolucionária do capitalismo e edificação do socialismo.

Ofensiva repressiva

Há uma tendência geral à repressão aos movimentos sociais, de forma policial e judicial. Usa-se a justiça para criminalizar o movimento, denunciando-o como quadrilha. É um ataque à escola pública e ao direito de todos à educação. É um ataque às bandeiras e métodos de luta.

A defesa dos estudantes perseguidos, presos e processados políticos é tarefa dos Congressos da ANEL e da UNE, que devem votar uma campanha ativa nas ruas, pelas liberdades políticas, pelo direito à livre organização e manifestação.

Privatização

A luta pelo acesso universal em todos os níveis da educação se dá combatendo o controle do setor privado de ensino, temos de erguer a bandeira de expropriação de toda a rede privada. A privatização da educação caminha para o domínio do capital estrangeiro, constituindo as grandes corporações de ensino. Cabe combater a desnacionalização.

O ensino à distância é uma característica da educação sob o capitalismo em decomposição. Caminha lado a lado à privatização. Ele aprofunda a separação entre a teoria e a prática, entre o pensar e o fazer. Serve como meio de valorizar o capital, às custas da destruição do ensino presencial, e deve ser rechaçado.

Autonomia universitária

A universidade, sob o capitalismo, corresponde aos interesses da classe dominante e de seus governos que a controlam por meio da burocracia, uma casta de professores corrompidos. Sob o poder dela, não é possível ter autonomia frente ao Estado e ao poder econômico. A autonomia universitária será uma conquista do movimento dos que estudam e trabalham, quando derrubarem a casta burocrática, subserviente à burguesia, com controle coletivo

da universidade, e constituírem um governo tripartite (estudantes, funcionários e professores). Essa tarefa depende da unidade do movimento da juventude com o movimento mais geral dos explorados da cidade e do campo sob a direção da classe operária.

PNE

A base do Plano Nacional de Educação (PNE) é a convivência entre o ensino público e o privado. Não há remendo que mude seu caráter privatista e excludente. Ele deve ser rechaçado. A direção da UNE se submete ao PNE do governo, apenas propondo alterações, especialmente no que se refere ao financiamento e no percentual de jovens no ensino superior. Renuncia travar uma luta pelo acesso universal, uma vez que levará os estudantes a se chocar com a política petista de defesa da educação privada. Falseiam e ocultam o caráter de classe do PNE, iludindo os estudantes a reivindicarem, pela pressão parlamentar, melhorias nele.

A predominância do ensino privado é tanta que a direção da UNE propõe a regulamentação.

Mas a direção da ANEL se coloca apenas com diferenças de grau em relação à direção da UNE. Não toma como tarefa central a expropriação da rede privada de ensino (admite portanto a convivência entre público e privado) e propõe esquivar a defesa dos 10% do PIB, que passa a ser JÁ e voltado apenas ao ensino público.

Cabe reivindicar um verdadeiro plano de luta que defenda a estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino. O acesso a todos, em todos os níveis, depende da coletivização de toda a propriedade de ensino que está nas mãos de capitalistas que veem na educação um meio de lucrar à custa da exclusão da maioria.

Para que serve o congresso

O Congresso da ANEL deve aprovar um programa de luta que expresse a política do proletariado perante o capitalismo em decomposição, e um conjunto de reivindicações que unifique a juventude. A UNE é hoje uma extensão do governo na defesa das medidas privatistas e na aversão às mobilizações que enfrentam essa política, como a greve das Federais em 2012. Cabe constituir uma frente de oposição revolucionária que encarne esse programa e combata o governismo do PCdoB/PT. A tarefa de destruir a direção burocrática e governista não pode ser renegada, e não será cumprida por meio da construção de entidade paralela.

Um congresso de luta deve ser a expressão do movimento e das reivindicações da base estudantil, dos métodos democráticos de organização e ação. Não pode ser uma festa! Não há o que festejar diante dos brutais ataques aos explorados.

Que o Congresso aprove uma campanha, com convocação de assembleias nas universidades, para desenvolver as bandeiras aprovadas.

Acesso da juventude ao ensino universitário! Resposta ao avanço do processo de privatização do ensino superior e à implantação do ensino à distância! Por um ensino público, gratuito, financiado exclusivamente com recursos do Estado, laico, científico e vinculado à produção social! Por um Sistema Único de Ensino! Nenhum jovem fora da escola! 4 horas na produção e o restante dedicado aos estudos! Defesa das reivindicações específicas dos estudantes das universidades públicas e privadas! Defesa da Autonomia e democracia universitária! Combate à ofensiva repressiva dos governos aos movimentos sociais! Unidade dos estudantes com a classe operária – luta anti-imperialista e anticapitalista.

No momento de fechamento desta edição, foi votado o fim da greve dos professores municipais de São Paulo. A direção sindical (PPS) apresentou a proposta da prefeitura petista (Haddad) de não mais descontar os dias parados, como havia colocado no dia 21/05, enviar para a Câmara Municipal a redução de 28 para 25 anos para a concessão das duas referências e manteve os 11,46% retroativos a 2012 (que tinham sido recusados). A burocracia sindical colocou a proposta em votação sem defesa contrária, e a assembleia a aprovou dividida. O movimento não teve suas reivindicações atendidas, e não pôde prosseguir diante do estrangulamento da greve feito pelos pelegos do sindicato.

O artigo a seguir mostra a política defendida pela Corrente Proletária na Assembleia do dia 24/05/13.

Municipais-SP

Somente a radicalização da greve quebraria a intransigência de Haddad-PT

A gestão do prefeito Haddad/PT, que completou quatro meses, já se deparou com o seu primeiro teste: a greve do setor da educação municipal. As precárias condições de trabalho e salário foram os motivadores do movimento. A atitude truculenta do governo no trato com os grevistas evidencia seu caráter burguês, de incentivo aos capitalistas e de contenção da luta dos trabalhadores.

A ilusão de grande parte dos trabalhadores de que a administração petista seria democrática, a favor dos interesses dos oprimidos, foi por água abaixo. As reuniões com as entidades de classe demonstraram que há uma disposição, por parte do governo, em arrochar os salários e precarizar ainda mais as condições de trabalho. Não abre mão das parcerias com o setor privado, das terceirizações.

Os trabalhadores em educação entraram em greve, no dia 03 de maio. Isso por que:

1. O salário dos professores não permite o seu sustento e o de sua família. O que obriga grande parte a ter de acumular cargo em outras redes de ensino, causando desgaste físico e mental;
2. Adoecimento de uma parcela significativa dos trabalhadores em função das longas jornadas de trabalho;
3. Os trabalhadores do Quadro de Apoio à Educação recebem pouco mais que dois salários mínimos;
4. As condições de trabalho são péssimas: salas superlotadas, prédios ruins, falsa inclusão de alunos portadores de deficiências, jornadas extensas, conflitos entre professores e alunos etc.;
5. No ano de 2014, em razão do ensino de nove anos, os professores terão menos aulas. A 5ª série do ensino fundamental II não existirá. Isso acarretará alterações na jornada do professor e, consequentemente, redução de salário. Em muitos casos, mudança compulsória de unidade escolar. Esse problema se arrastará por quatro anos;

Além dos motivos acima apontados, há ainda o fato de que o primeiro ato do governo Haddad/PT foi vetar o PL-310 (Projeto de Lei 310), uma das conquistas da greve de 2012, durante o governo Kassab/PSD. Nesse projeto de lei, constava a ampliação de duas referências no final da carreira para os professores, o que significava uma elevação de 13% no salário, inclusive para aposentados, e a mudança na carreira dos profissionais do Quadro de Apoio à Educação (inspetores e vigias) que lhes permitia um salário um pouco maior.

Essas primeiras medidas do governo obrigaram o sindicato dos profissionais de educação (SINPEEM) a chamar a classe para a luta. No entanto, protelou ao máximo o início do movimento. Jogou peso nas intermináveis mesas de negociação, que só servi-

ram de enrolação.

A primeira assembleia só aconteceu no dia 15 de abril. Esta, apenas deliberou nova paralisação para o dia 29 de abril. O que ainda indicava a aposta nas tais mesas de negociação. Como as propostas do governo eram extremamente rebaixadas, a assembleia do dia 29/04 propôs para o dia 03/05, o início da greve (numa clara manobra da diretoria do sindicato em adiar o início do movimento e desmontá-lo logo em seguida), caso o governo não atendessem às reivindicações. Votou a pauta da campanha salarial de 2013. Os principais pontos são: Reajuste salarial de 17%; fim do veto ao PL-310; melhores condições de trabalho com a redução do número de alunos por sala de aula; solução do problema gerado pela introdução do ensino de nove anos; fim das privatizações e parcerias e outros. A resposta do governo foi:

- Reajuste salarial de míseros 0,82%;
- 11,46% a título de recuperação e perdas, divididos em cinco anos e, em seguida, recuando para três anos, a começar em maio de 2014;
- Nenhuma solução para o problema da redução de uma série em 2014;
- Manutenção das precárias condições de trabalho;

No entanto, e o mais grave dentre as propostas do governo, foi o atrelamento dessas migalhas a assinatura de um protocolo que engessava o movimento do funcionalismo público municipal. Uma clara intenção de aplicar a lei anti-greve do governo federal, Haddad/PT condicionou as migalhas a aceitação de não haver mais movimento de reivindicação durante sua gestão. Ou seja, queria que as entidades de classe cumprissem essa tarefa de anulação das campanhas salariais até o final da gestão do PT na prefeitura. Essa atitude, truculenta e própria dos patrões, deixou evidente que os ataques contra a vida dos trabalhadores será profundo. Que o governo petista pretende sucatear os serviços públicos e ampliar os ataques ao funcionalismo. No entanto, pressionados pelo movimento grevista, as entidades foram obrigadas a denunciar a exigência de Haddad.

Burocracia petista da Apeoesp ajuda Haddad

Contrariando a decisão da assembleia do dia 10/5, a diretoria da APEOESP decidiu pela suspensão da greve dos professores do estado de São Paulo. Em conjunto com o P-Sol, o PT e o PCdoB fizeram coro pelo fim da greve. Alegaram que o movimento não respondia ao chamado do sindicato. Mas, na verdade, não passava de uma grande farsa. O que estava por trás era a exigência do PT de não unidade com a greve dos professores estaduais. O PT, PSol, PCdoB e o O Trabalho, para impedir a unidade grevista,

suspenderam a greve dos estaduais.

Mesmo com essa ação antigreve da cúpula petista, o movimento dos trabalhadores municipais se mantém com altos índices de paralisação. A unidade grevista - estaduais e municipais - fortaleceria as greves, quebrando a inflexibilidade de Alckmin e Haddad. **Posição da Corrente Proletária na Educação.**

Posições da Corrente Proletária

Na assembleia do dia 29/05, defendeu que a greve fosse deflagrada imediatamente, mostrando a manobra da direção do Sinpeem. Aprovada a greve, a Corrente Proletária vem apresentando propostas para quebrar a intransigência de Haddad. Trabalhou pela unidade com a greve dos professores estaduais. Vem denunciando o governo Haddad de querer vencer pelo cansaço, greve longa. E tem apresentado propostas para superar o pacifismo do movimento. A burocracia do Sinpeem tem combatido as propostas

Balanço da greve dos professores estaduais-SP

A Corrente Proletária na Educação divulgou um folheto de balanço da greve dos professores estaduais de São Paulo. Consta dos seguintes pontos: 1) as manobras da burocracia da Apeoesp; 2) o descaso do PSDB levou os burocratas à greve; 3) um problema no caminho para a burocracia petista; 4) o governo foi obrigado a recuar das medidas proibitivas aos professores da categoria "O"; 5) PT, PCdoB e PSOL suspenderam a greve; 6) o esforço dos burocratas para defender a proposta do governo; 7) conduta autoritária da burocracia; 8) a inconsequência pequeno-burguesa; 9) dificuldades que não foram superadas e atuaram contra o ascenso grevista; 10) a política da Corrente Proletária na greve.

A greve de 22 dias expressou uma grande insatisfação da base quanto aos salários e à precarização dos contratos de trabalho. A greve foi anunciada pela burocracia da Apeoesp com meses de antecedência, como último recurso diante da intransigência de Alckmin, mas não foi preparada como um enfrentamento geral da classe contra o governo, com a organização de comandos eleitos nas assembleias, atos radicalizados e a unidade com os setores do funcionalismo em luta. O movimento grevista, ainda que minoritário (em parte pela grande desconfiança da base quanto à direção), chegou a aprovar medidas contrárias à burocracia, a exemplo da manutenção das assembleias

Rio Grande do Norte

Próximo semestre deve ser de luta na UERN

No dia 20 de maio, inicia-se mais um semestre na UERN. A perspectiva de greve dos servidores (docentes e técnicos administrativos), a nova direção do DCE, as eleições para as direções de faculdades e a reorganização dos centros acadêmicos (CAs) colocam a possibilidade de um semestre de luta.

Os servidores iniciam sua campanha salarial de 2013. O governo do DEM - Rosalba Rosado vem cumprindo o acordo realizado na greve anterior. No entanto, a volta da inflação corrói o poder de compra dos salários. Como todo sindicalista sabe, a campanha salarial é anual, portanto, independente do ano anterior. Se os governos não querem enfrentar greves todo ano, devem propor mecanismos de atualização salarial dos trabalhadores conforme o aumento do custo de vida. Tanto a direção do Sintauern quanto da Aduern devem preparar as assembleias gerais da categoria para

de ocupação, a exemplo do que ocorreu na última assembleia de 21 de maio. Quer, assim, limitar a greve. Esse caminho, seguramente, implica o retrocesso do movimento.

A Corrente Proletária acata as deliberações de assembleia, mas tem apresentado seu programa de defesa da vida dos explorados.

- 1) Aumento salarial de acordo com as necessidades de manutenção do trabalhador e de sua família. Ou seja, defende o **Salário Mínimo Vital** e a **Escala Móvel de Reajuste** como meio de manter a sobrevivência dos trabalhadores e reajustar o salário de acordo com a inflação;
- 2) Diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário. É a defesa da **Escala Móvel de Horas de Trabalho**. É a divisão de todas as aulas entre os professores aptos ao trabalho, sem redução de salário;
- 3) O rechaço à lei anti-greve do governo federal, que vem perseguindo os movimentos e punindo os trabalhadores e estudantes.

na Av. Paulista e a unidade com os trabalhadores da educação do município, também em greve.

O governo anunciou migalhas, que não alteram a condição dos professores. O reajuste, na verdade, foi de 2%, que foram somados aos 6% concedidos no ano passado. Não garantiu a estabilidade dos 48 mil professores "O", que continuarão sendo demitidos e admitidos de acordo com o interesse do governo. Concretamente, ficarão à mercê do desligamento da folha de pagamento, o que implica ficar meses sem salário. A redução da jornada foi parar novamente nas mãos da comissão paritária, que não tem poder de decisão. O concurso público será usado para selecionar uma pequena parte dos contratados das categorias "F e O". Uma grande parte permanecerá na rede sob a forma de contratos precarizados.

A Corrente Proletária na Educação convocou uma reunião de balanço da greve, um dia após a sua suspensão. As avaliações feitas pelos grevistas fazem parte desse folheto. A experiência com a luta concreta permite forjar a militância para enfrentar os governos e a burocracia sindical autoritária. Nosso objetivo é erguer essa fração revolucionária no seio do professorado.

Companheiros(as), adquiram o folheto e participem das reuniões da Corrente Proletária.

preparar a luta. A Corrente Proletária/POR pressionará por isso através da Oposição Revolucionária. Os estudantes devem iniciar seu processo de discussão sobre a luta dos trabalhadores.

A nova direção do DCE (estudantes do PT e "independentes") assumiram com muitas promessas de combatividade. Evidente que o governo do DEM e a eleição do reitor pró-governo são os incentivos desses estudantes. Ou seja, seus interesses de oposição eleitoral ao governo do DEM. Pretendem desgastar o governo e a reitoria em prol dos candidatos do PT. Mas a necessidade de luta estudantil está estampada na situação precária de ensino na UERN. A falta de transporte deve ser motivo para a luta pelo circular. A greve dos servidores da UERN deve ser motivo para levantar as bandeiras de reivindicação estudantil de melhoria do ensino e condições para assistir as aulas. É levantando as próprias

reivindicações que o apoio dos estudantes à greve torna-se ativa e independente.

Os primeiros passos da direção do DCE demonstram que a preocupação da Corrente Proletária/POR, exposta em sua nota na época da eleição, está se comprovando. A implosão da assembleia do dia 11 de março, o ataque ao membro do POR e às estudantes de pedagogia, além da escolha dos delegados para o congresso da UNE sem a convocação de assembleias gerais ou eleição em urna, mas pelo critério da filiação às ideias da direção do DCE, são provas de que estes estudantes possuem atitudes antidemocráticas, aparelhistas e colocam seus interesses eleitorais e de disputas aparelhistas pelas entidades estudantis à frente da luta pela defesa da universidade pública. Por isso temos razão em dizer que não serão capazes de defender a UERN dos ataques governamentais de sucateamento do ensino superior. Também, os estudantes do PT são partidários do governo federal que implementa o sucateamento das universidades brasileiras. A direção do Andes publicou um balanço do Reuni provando a precarização do ensino e do trabalho nas universidades federais, além da superlotação das salas de aula.

As eleições para as direções de faculdade colocam outro patamar da luta do Comitê pelo Voto Universal. Nas eleições para reitor, os estudantes de Comunicação Social primeiro, seguido das estudantes de Pedagogia e do Campus de Natal da UERN pro-

Rondônia

Fortalecer a greve por meio da unidade e da ação coletiva direta

Os trabalhadores da educação do município de Porto Velho votaram pela continuidade da greve mesmo contra a vontade da maioria dos integrantes da comissão de negociação com o prefeito.

A burocracia do sindicato aproveita o momento para reclamar das despesas que o sindicato enfrenta na época de greve. Essa lamentação é típica de pelegos, que atuam contra o movimento, desencorajando a base no enfrentamento com os patrões. É obrigação do sindicato ter um fundo de greve para esse momento. O dinheiro arrecadado mensalmente pelo sindicato pertence aos filiados e o seu destino deve estar submetido ao interesse da luta, **finalidade suprema do sindicato**.

Acatar a proposta do prefeito significa aceitar a derrota

Os trabalhadores municipais da educação tomaram a greve em suas mãos com muita determinação. A direção do sindicato teve de aceitar a decisão da maioria.

A proposta do prefeito foi a de encerrar a greve e esperar até setembro. Os grevistas responderam com a continuidade da greve.

Servidores municipais da educação ocupam a prefeitura em defesa da vida e do trabalho

No dia 20 de maio, os servidores municipais da educação ocuparam a prefeitura de Porto Velho, demonstrando a radicalização do movimento e passando por cima da direção burocrática.

Unidade grevista fortalece os municipais e estaduais

O início da greve dos trabalhadores da educação estaduais

nunciaram-se favoráveis e em luta pelo voto igualitário. Agora, é preciso unificar esses setores e iniciar a luta nas faculdades. Apesar das eleições serem nas faculdades, a luta deve continuar unida para vencer a burocracia universitária.

A reorganização do CA de Pedagogia é importante nesse processo. Junto com a direção do CA de Comunicação Social demonstram através de suas práticas democráticas nas assembleias e a luta pelas reivindicações dos cursos uma atitude diferencial no movimento estudantil da UERN de modo a fazer oposição na prática às atitudes da direção do DCE. A Comissão Provisória do CA de Pedagogia deve se somar à luta, organizando um movimento de base no curso que passa por uma boa escolha dos representantes de turma, formação política e, principalmente, levantando as bandeiras reivindicatórias das estudantes de Pedagogia. É assim que se constrói um movimento estudantil de base e combativo.

A Corrente Proletária/POR incentiva a organização estudantil de oposição à direção do DCE, através do encaminhamento das bandeiras de luta reivindicatória. Ao mesmo tempo, a CP defende a luta dos servidores da UERN através da ação da Oposição Revolucionária tanto no Sintauern quanto na Aduern de luta unida de todo o funcionalismo estadual, a ação direta massiva e a união da comunidade universitária em uma única luta – pela soberania das assembleias universitárias, que a comunidade universitária assuma o controle da UERN, ABAIXO A BUROCRACIA!

amplia a força do movimento. Para quebrar a intransigência do prefeito e do governador, a nossa unidade é a nossa fortaleza. Além disso, os métodos coletivos de ação direta são fundamentais, como o da ocupação da prefeitura. Ampliar a unidade e radicalizar nos métodos de luta são nossas tarefas para impor as reivindicações da greve.

Ainda mais: é preciso construir a unidade grevista de todo o funcionalismo, que vive o arrocho do salário e as péssimas condições de trabalho.

Não podemos permitir que os governantes nos vençam pelo cansaço de uma greve longa. A nossa força está na unidade e na ação direta coletiva.

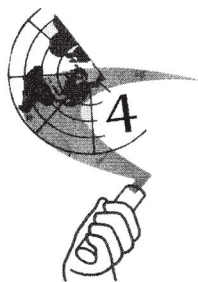
A Corrente Proletária na Educação atua na greve defendendo as reivindicações aprovadas nas assembleias. Faz também uma campanha junto aos explorados pelo emprego a todos, que ninguém receba menos que o salário mínimo vital, que haja escola pública em todos os níveis para todos, e combate à retirada de direitos e a lei antigreve. Assim, têm em seu programa as seguintes reivindicações:

- a) Aumento salarial de acordo com as necessidades de manutenção do trabalhador e de sua família.**
Ou, seja, defende o **Salário Mínimo Vital**, que em nossos cálculos não deve ser menor que R\$ 4.000,00.
- b) Combater a inflação e a corrosão salarial com a Escala Móvel de Reajuste.** Isto é, subiu a inflação, sobe o salário;
- c) Diminuição da jornada de trabalho sem redução de salário.** É a **Escala Móvel das Horas de Trabalho**, que é a divisão de todas as horas de trabalho disponíveis entre os trabalhadores aptos, sem redução salarial.

Nesta edição:

- Burocratas sindicais, agentes do governo, estrategistas de derrotas
- O tendão de Aquiles no conflito pelas aposentadorias
- Bangladesh
- Paraguai: Mafioso branqueado na presidência do Paraguai
- Chile: A luta de classes e a Unidade Popular (UP) - Parte IV
- Quatros anos da morte de Guillermo Lora

Artigos do Cerqui Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Bolívia – Consumada a traição!

Burocratas sindicais, agentes do governo, estrategistas de derrotas

A burocracia sindical da COB desarticulou a poderosa mobilização dos trabalhadores. Esses agentes do governo, serviçais da burguesia, estrategistas de derrotas, desmobilizam suas tropas enquanto o inimigo arremete com toda as suas armas contra os trabalhadores com uma feroz campanha pelos meios de comunicação e mobilizações armadas (não têm nada de espontâneas) de camponeses, “interculturais” e cocaleiros com um fascistóide livreto anti-operário.

Professores rurais se curvam decepcionados dizendo que

negociarão em separado com o governo.

Mineiros de Huanuni igualmente retornam a seu distrito, sentindo-se enganados pela direção da COB. Não permitiram a Trujillo fazer uso da palavra taxando-o de traidor.

Uma vez mais a burocracia trai a elementar demanda dos trabalhadores de poder se aposentar com pelo menos 100% dos salários de fome que a esmagadora maioria recebe.

Morra o governo anti-operário esfomeador!

(extraído do Masas 2311, de 24/05/13)

Respondemos ao vice-presidente, felipillo* da burguesia

Não é a primeira vez e nem será a última que os serventes da burguesia e do imperialismo atacam o POR com sanha e se lancem furiosos contra os trabalhadores pelo atrevimento de exigirem seu direito de viver como seres humanos, recorrendo aos argumentos mais absurdos.

Este fim de semana, o lança-bombas de araque do passado¹ se referiu à luta dos trabalhadores por uma aposentadoria que seja pelo menos igual ao miserável salário recebido pela maioria dos trabalhadores. Hoje recebem 70% do salário ao se aposentarem, isso caso tenham trabalhado ininterruptamente durante 35 anos e podem receber menos de 70%, apesar de sua contribuição individual, pois há o teto de 4.000 Bs² – a última oferta do governo para 35 anos de contribuição para os mineiros, valor que cai para 3.200 Bs para os outros trabalhadores – com o fundo solidário. A grande maioria se aposenta com muito menos.

4.000 Bs é a metade de um Salário Mínimo Vital de acordo com o custo real da cesta básica, quer dizer, não é suficiente para que um trabalhador mineiro aposentado com a melhor renda possível, e certamente com os pulmões comprometidos pela silicose, possa cobrir as necessidades básicas de sua família.

O único argumento que o governo esgrime contra a demanda dos trabalhadores é que o fundo solidário – inteiramente financiado pelos próprios trabalhadores – não dá para mais, que o Estado já gasta com essa esmola chamada “bônus dignidade” (miseráveis 250 Bs) e que não pode aportar mais porque deve investir os recursos do Estado no aparato produtivo. Em outras palavras, confessa que o regime burguês, que este felipillo defende com tanta veemência, **é incapaz de dar o mínimo indispensável aos trabalhadores com cujo trabalho a burguesia, as transnacionais “sócias” do estado masista³ e toda a burocracia estatal se enriquecem.**

De onde o Vice-presidente acredita que sai seu salário, o do Presidente e o de toda a frondosa e esbanjadora burocracia estatal? De onde saem os milionários recursos com que ele pagou seu casamento faraônico? E as generosas diárias para suas viagens que pretenderam estender a seus familiares? De onde saem os milhões para o avião presidencial e para o novo palácio que Evo agora projeta construir? Enfim, de onde sai todo o dinheiro que esbanjam descaradamente? **Da mais-valia que os trabalhadores, especialmente mineiros e petroleiros, geram com seu esforço!!** Não sai de nenhuma outra parte.

1 Referência ao passado foquista de García Linera.

2 Bs é a abreviatura de bolivianos, a moeda local.

* Felipillo foi um nativo que colaborou com os conquistadores espanhóis Francisco Pizarro e Diego de Almagro na conquista do Peru.

3 Refere-se ao MAS, Movimento ao Socialismo, partido do presidente.

O espertalhão pretende isolar os mineiros do resto dos setores em luta querendo escandalizar a opinião pública com o argumento de que os trabalhadores mineiros são uns “privilegiados” porque ganham salários “fabulosos” e que seus dirigentes buscam se beneficiar à custa da quebra do fundo solidário, prejudicando os demais.

Aqui o Vice se desnuda de corpo inteiro como um adorador da “ordem natural” burguesa: o trabalhador tem de receber salários de fome e se por alguma circunstância chegue a ganhar bem – neste caso de conjuntura de bons preços das matérias primas – então gritam escandalizados por esta violação da ordem divina. Ademais, o infame Vice-presidente mente. Em Huanuni, 69% ganha entre 6.000 e 10.000 Bs enquanto só 6% dos trabalhadores ganham mais de 10.000 Bs e só 0,13% mais de 30.000 Bs. O salário médio na mina Huanuni está em torno do Salário Mínimo Vital (8.000 Bs) e flutua segundo as variações do preço dos minérios.

“Que escândalo!”, grita a miserável burguesia pela boca do Vice-presidente. Porém não mostra que Huanuni produziu durante os últimos sete anos um valor líquido de 97,8 milhões de dólares (descontados os impostos) e muito menos que o Estado não investiu nem um centavo para modernizar a mina, todo escasso investimento é produto dos próprios recursos da empresa; no entanto, Linera não tem a menor vergonha em dizer que o Estado tem de investir na produção quando o que faz é desperdiçar o sangue e o suor dos trabalhadores.

Aos companheiros mineiros lhes dizemos que não devem se envergonhar por ganhar relativamente bem comparado com os salários de fome do resto dos trabalhadores, seu salário é ganho por seu esforço e à custa de sua saúde.

Já é o cúmulo do cretinismo reacionário de García Linera seu chamado aos professores do magistério para que se resignem a se aposentar com rendas miseráveis só para impedir que um punhado de dirigentes mineiros se aposente com rendas altas. A propósito, será bom que no futuro os trabalhadores mineiros imponham que os dirigentes sejam declarados em comissão só com o salário básico, já que deixam de produzir e para que quem aspire a ser dirigente o faça não para beneficiar-se individualmente, mas sim para servir a suas bases. Seria uma boa medida antiburocrática.

O Partido Operário Revolucionário ratifica que conspira cotidianamente contra a ordem burguesa, lutamos por uma nova sociedade em que, sobre a base econômica da proprieda-

de social dos meios de produção (socialismo), o governo operário e camponês, de todos os oprimidos e explorados, assuma a tarefa pendente pela incapacidade burguesa de tirar o país do atraso e do jugo da opressão imperialista. Só então a riqueza gerada pelo trabalho de todos os trabalhadores das cidades, das minas, dos poços petrolíferos e do campo será integralmente investida no desenvolvimento e em atender as necessidades do conjunto da sociedade.

Conspiramos sim, mas não contra tal o qual governo, mas sim contra a ordem burguesa. Aspiramos a chegar ao poder não por um golpe de Estado, mas sim por meio de uma revolução social dirigida pela classe operária, trabalhamos para ajudar os oprimidos e explorados a compreenderem, a partir de sua própria experiência de luta, que o caminho de sua libertação e da libertação do país das garras do imperialismo é o insurrecional, e não o eleitoral ou parlamentar.

Sobre a história de que os trabalhadores em luta e o POR es- taríamos propiciando um golpe de Estado com a direita, cabe ressaltar que os golpes de Estado são próprios da política bur- guesa com a qual os explorados nada têm a ver, e muito menos o POR, e não se dão em qualquer momento ou circunstância.

A pergunta que deve ser feita é: que necessidade a burguesia e o imperialismo teriam em dar um golpe de Estado para derrocar um governo que defende com tanta convicção e brutalidade repressiva a ordem estabelecida e que busca castigar os trabalhadores que se levantam com descontos brutais pelo atrevimento de reclamar por um pedaço a mais de pão? **Ab- solutamente nenhum!!!** Já passou a época em que a burguesia obtusa se assustou com a cara morena do Presidente crendo que seu governo poderia cobrar 500 anos de opressão e humi- lhação e se lançou a combatê-lo.

Hoje o MAS demonstrou seu total respeito aos interesses da grande propriedade privada nativa e imperialista, quer dizer, sua condição de governo servil à burguesia, e ganhou a con- fiança dos opressores.

O governo masista é, no momento, a melhor alternativa para o imperialismo e para a oligarquia nacional. Não somente não haverá golpe como também ante tal eventualidade a pró- pria burguesia e o imperialismo sairiam em defesa do governo masista em nome da democracia.

Que o Vice-presidente vá pretender espantar iludidos em outro lugar!!

La Paz, 20 de maio de 2013.

O tendão de Aquiles no conflito pelas aposentadorias

A burocracia impotente lança os explorados às ruas sem um claro objetivo da luta

A debilidade se expressa na falta de unidade nos objetivos. A diferença de salários, demasiado baixos nos setores de servi- ços e altos na mineração, faz com que surjam diferentes interesses na luta por superar a atual Lei de Pensões. É urgente generalizar a consigna de recebimento de 100% do salário dos últimos 12 meses, exigindo maior contribuição patronal e obrigando o Estado a contribuir para a Previdência. Deve-se adotar uma atitude vigilante para impedir que a burocracia, agora prisioneira da mobilização das bases, volte a trair.

Uma direção responsável tem a obrigação de preparar ade- quadamente as bases antes de lançar-se para a batalha e um dos aspectos fundamentais nessa etapa preparatória é determi- nar com precisão os objetivos da luta. Os combatentes devem ter uma ideia clara do que é e o que está buscando para poder organizar-se e mobilizar-se em função dele. Nada disso ocor-

reu antes da declaração da atual greve geral indeterminada. Alguns, os mineiros, cujos salários são relativamente altos, es- tão reivindicando como objetivo um teto máximo de 8.000 bo- livianos, porque alguns com salários altos podem chegar a esse montante aplicando os 70% dos últimos 24 salários, como diz a Lei das Pensões vigente. No entanto, a outra imensa maioria

de trabalhadores (fabris, professores, trabalhadores da saúde e da previdência, etc.) têm salários miseráveis e os 70% não alcançam o teto máximo de 2.600 Bs, como assinala lei. Para esses setores, é inútil discutir sobre o teto que propõe o governo (3.200 Bs) e a COB (5.000 Bs), porque não têm nenhum sentido em função da miséria que ganham, não podendo nunca sequer se aproximar desses montantes.

A distorção surge desta disparidade de salários que existem no país e os dirigentes da COB não têm tido capacidade de lançar uma só consigna que represente os interesses de todos e que possa unificar as ações dos trabalhadores. A luta global sobre a superação da atual lei das aposentadorias deveria partir do critério por resolver o problema da imensa maioria que agoniza com salários de fome para em seguida encontrar um tratamento diferenciado para os que conjunturalmente gozam de bons salários. Muitos elementos deste critério já foram dados na elaboração da atual Lei de Pensões e no antigo Código de Seguridade Social, posto em vigência na segunda metade do século passado, quando aos mineiros foi dado um tratamento diferenciado, levando em conta as difíceis condições de trabalho.

A única maneira de unificar os objetivos da luta em torno da lei das pensões é reivindicar a necessidade de uma aposentadoria equivalente a 100% da média dos últimos 24 salários para todos os setores, tanto para aqueles extremamente majoritários que agonizam com soldos e salários miseráveis como para aqueles outros minoritários que conjunturalmente têm salários altos. Desse modo, se superariam as contradições que surgem nos interesses materiais dos diferentes setores.

Por outro lado, há que levar em conta que os setores produ-

tivos com salários altos são aqueles que têm estreita dependência do comportamento do mercado mundial que, na presente etapa da crise do sistema social capitalista, adquire um caráter extremamente variável. Esse fato nos faz pensar que, quando caírem os preços dos minerais e dos hidrocarbonetos, os salários também depauperarão de maneira alarmante, refletindo-se diretamente no regime de aposentadoria. Quando esse momento chegar, será altamente significativo os 100% que hoje reivindicam os outros setores.

Sobre o problema da sustentabilidade do regime de aposentadoria, os trabalhadores contribuem com 5 vezes mais do que contribuía sob o código de 1956 (subiu 2,5% a 12,71%) para o patrão e para o Estado nada subiu. Não é possível falar em sustentabilidade quando o Estado só administra os recursos do sistema de aposentadoria sem contribuir com um só centavo. Por essa razão, a luta presente é primeiro política, porque deve conquistar um aumento da contribuição patronal e obrigar o Estado também a uma importante contribuição para com o fundo solidário. Posteriormente, virá a hora dos técnicos que devem determinar quanto devem contribuir o patrão e o Estado para sustentar um regime de aposentadorias pelo menos para os próximos 30 anos.

A presente dispersão nos objetivos da luta deixa as portas abertas, o que permitirá à burocracia cobista ter as mãos livres para capitular diante do governo, no momento em que o movimento declinar. Os trabalhadores mobilizados devem adotar uma atitude vigilante sobre a conduta dos dirigentes que tantas vezes mostraram sua conduta traidora.

Extraído do Jornal Massas, nº 2310, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Bangladesh

Para acabar com os massacres operários há que pôr em pé os Tribunais Populares para punir os crimes da burguesia assassina

A queda de um edifício de oito andares, que reunia cinco fábricas têxteis, expôs o quanto o cinismo capitalista e o massacre social se combinam. O edifício Rana Plaza, em Savar, veio abaixo em poucos minutos soterrando os operários que ali estavam trabalhando. O complexo foi construído sobre terras pantanosas. Esse ato criminoso só foi possível graças à “autorização provisória” outorgada pelo governo para seu funcionamento. As denúncias dos operários que haviam alertado sobre as rachaduras nas paredes, solicitando a paralisação das tarefas, foram desprezadas.

Segundo estimativas oficiais, os mortos superam os 1.100 e os feridos chegam a 2.400, em sua grande maioria mulheres (90% da força de trabalho operária têxtil são de mulheres). A esse brutal assassinato em massa se somam os mais de 1.000 trabalhadores mortos em uma década por acidentes semelhantes. Há cinco meses, incendiou-se uma fábrica de roupa, deixando 110 trabalhadores.

Bangladesh semicolonial se tornou um “paraíso” para as relações trabalhistas de superexploração, que potenciam os lucros dos capitalistas. Na indústria têxtil trabalham crianças de

7 a 12 anos por um salário de 25 dólares ao mês. E milhares de operários ganham 40 dólares, um quarto do que ganha um operário chinês. Trata-se do mais baixo salário do mundo para esse ramo da grande produção, que significa exportações anuais no país de cerca de 20 bilhões de dólares.

Esse negócio conta com outras “vantagens comparativas” – como costumam chamar os economistas burgueses – muito atraentes. Estão praticamente proibidos os sindicatos. Os monopólios mundiais da indústria têxtil controlam os políticos da burguesia. A “subcontratação” reduz o capital variável a ser investido e aumenta a massa de mais-valia a ser apropriada. As condições trabalhistas se assemelham a um regime de servidão. O controle político sobre os dirigentes sindicais fecha o círculo “virtuoso” dos negócios monopolistas na semicolônia.

A produção têxtil em Bangladesh está sob o domínio dos monopólios mundiais que dominam o mercado e o intercâmbio internacional da confecção de roupa. Trata-se de Hennes & Mauritz (Suécia), Wall Mart (Estados Unidos), Benetton (Itália), HyM (Inglaterra), o Zara (Espanha), entre muitas outras, que pagam 10 centavos de dólar ao dia pela produção têxtil e a

confeção de parte do vestuário.

Contudo, a partir do próprio seio da burguesia se ergueram as críticas e até os repúdios moralistas para tentar ocultar tamanha barbárie. Segundo os “especialistas econômicos”, com 600 milhões de dólares ao ano se poderiam financiar algumas reformas mínimas para as 5000 fábricas têxteis de Bangladesh. O que se traduziria no pagamento de um adicional de 10 centavos de dólar por 6 milhões de partes do vestuário ou calçado exportados ao ano. Isto é, aplicar medidas paliativas adequadas no momento de sensibilidade que seguiu ao massacre operário. O que diminuiria as críticas e criaria uma espécie de “responsabilidade empresarial” que poderia manter-se enquanto continuar vivo o protesto operário.

Ao contrário, para a classe operária trata-se de assassinatos praticados pela burguesia contra seus escravos assalariados em seu afã de tirar até a última gota de lucro de seus braços. Estamos em presença das consequências da destruição das conquistas operárias, principalmente de seu partido mundial, e do avanço da extrema precarização trabalhista, que sob o nome de “terceirizações” vem constituindo uma válvula de escape para a queda da taxa de lucro nos países imperialistas.

A indústria capitalista transformou a classe operária hindu, igualmente na China, em uma das frações proletárias mais miseráveis e exploradas no mundo. Graças ao saque colonial e à superexploração da classe operária foi possível à burguesia das metrópoles comprar as direções sindicais e mesmo camadas da classe operária em seus países imperialistas. A contrarrevolução estalinista e a destruição do partido mundial do proletariado quebraram os elos internacionalistas da classe operária, submetendo-a a um brutal retrocesso. Mas como ensina a experiência, a classe operária volta periodicamente a retomar a via de seu instinto de classe e combater a exploração capitalista. Ainda que tenha de pagar pelo alto custo em vidas, sacrifícios ou atravessar décadas de miséria e opressão.

Foi assim que o massacre de Savar sacudiu a classe operária hindu e a levou, em 26 de abril, a paralisar 4.500 fábricas têxteis em Bangladesh. A greve geral se impôs a partir das

bases e canalizou o instinto de revolta do proletariado contra o patronato e os governos cúmplices. Piquetes paralisaram os transportes e, nas fábricas, se obrigou a paralisar aqueles que resistiam. Teve enfrentamento com a polícia. A combatividade da classe operária obrigou o governo a retroceder e prender o dono do edifício desmoronado. Viu-se assim manifestar-se toda a imensa força social da classe operária.

No 1º de maio, milhares de operários marcharam exigindo a “pena de morte para o dono do edifício” e indenização para as famílias dos trabalhadores mortos e feridos. Desprovido de toda apelação pequeno-burguesa ou burguesa, a reivindicação expressou sem filtros moralistas o instinto do proletariado de querer castigar seus verdugos cotidianos com suas próprias mãos. Mas se chocou com as ilusões de que poderia ser o governo ou a Justiça hindus, que protegem e incentivam essas práticas criminais da burguesia, os que aplicariam essa justa pena. Demonstrando, assim, como esse instinto está impedido ainda de transformar-se em consciência e programa político próprio. O que significaria pôr em pé os Tribunais Populares para punir os capitalistas por ser uma classe assassina e bárbara.

A crise política estava assim instalada, mas não se transformou em crise revolucionária, dada a ausência do partido proletário. O ajuste de contas entre o proletariado contra a grande burguesia e seus governos títeres ficou atolado no pântano das ilusões democráticas e no atraso político da classe operária hindu. Contudo, a greve geral e os métodos de ação direta indicaram a via pela qual se deverão educar os novos quadros operários e o caminho para começar a formar sua vanguarda marxista-leninista-trotskista.

Acontecimentos trágicos como o soterramento de 1.100 operários e a revolta que se desencadeou em Bangladesh fortalece a consciência revolucionária da necessidade de destruir o capitalismo e implantar o comunismo. Fortalece a consciência da necessidade de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista, formando suas seções em todo o mundo e reconstruindo a IV Internacional.

Paraguai

Mafioso branqueado na presidência do Paraguai

Assim como o general Rodriguez, que antes de dar o golpe para derrubar Stroessner fora perdoado pelo Departamento de Estado e pela DEA, o candidato colorado Horácio Cartes também está sendo “branqueado” pelo imperialismo americano, pelos governos brasileiro, argentino, uruguaio e até o da Venezuela depois de vencer as eleições de abril no Paraguai.

Com ele, a boa vontade do UNASUR, MERCOSUL, União Europeia etc., abrem novamente as portas ao Paraguai para se reinserir depois do golpe parlamentar que derrubou Lugo em 2012.

O seu passado de corrupção, bandidagem, narcotráfico e todo tipo de bandalheira em que esteve e pode estar metido são apagados ou atenuados como pecados menores. É que dentre os partidos e candidatos que disputavam a presidência ele era o “melhor” candidato, precisamente pelas suas particulares credenciais de empresário de sucesso e defensor do capital. Ele de certa forma comprou o partido Colorado para disputar as

eleições, tendo de mudar os estatutos da Associação Nacional Republicana – Partido Colorado para poder concorrer, pois não tinha os anos mínimos de filiação para ser candidato. Tudo isso se acertou com sua imensa fortuna e poder de corrupção. Trata-se de um feito muito valorizado pelo capital.

Indica também o caráter do semi-estado paraguaio no qual as “instituições democráticas” como Constituições, eleições, parlamentos, Corte Suprema de Justiça, etc., são apêndices das oligarquias mafiosas que continuam comandando seus negócios e subordinando as sacrossantas “instituições democráticas” às suas necessidades.

O papel destinado ao Paraguai pelo Departamento de Estado é o de base de operações para sua guerra de contra insurgência potencial ou efetiva na região; as multinacionais da mineração e do agronegócio continuarão com seus suculentos negócios; empresários brasileiros, argentinos, chilenos e outros estão instalando empresas de cereais, aproveitando-se dos

quase inexistentes impostos e da escassa proteção trabalhista que garante alta lucratividade; os brasiguaios transformam o país numa grande plantação de soja e preparam a desertificação do seu solo.

Os lamentos chorosos da esquerda acusando Lugo de não ter feito as reformas necessárias enquanto podia mostram apenas que estão completamente perdidos. Mostram até que ponto apostam na democracia como meio de enfrentar o atraso paraguaio e a submissão semicolonial em que se encontra o país. Não conseguem enxergar que além da ocasional aliança com o partido liberal e o grande descontentamento e divisão do partido Colorado que permitiu ao ex-bispo ganhar as eleições, a sua ascensão ao poder do Estado não implicava a liquidação da estrutura social e econômica montada em 35 anos de ditadura estroessnerista. E essa base histórico estrutural determinava fatalmente o fracasso de qualquer aventura reformista ou democratizante.

Se até em países como o Brasil e Argentina, onde chegou a se estruturar uma burguesia, a democracia política não floresce na falta das condições de soberania de suas classes dominantes, como se pode imaginar que no Paraguai, onde a possibilidade de um desenvolvimento capitalista foi violentamente impedida por uma guerra genocida, haveria de se estabelecer uma democracia?

O Estado paraguaio é determinado pela burguesia imperialista e até pelas mais fracas dos países limítrofes que ocupam

Argentina

Morreu o genocida Jorge Rafael Videla

Os explorados não devem se enganar com a euforia por sua condenação e morte: a tarefa é a de punir toda a burguesia destruindo seu regime

Morreu na prisão, aos 87 anos, Jorge Rafael Videla. Como general e chefe do exército, encabeçou a Junta Militar juntamente com Emilio Eduardo Massera (Armada) y Orlando Ramón Agosti (Força Aérea) que derrubou, em 24 de março de 1976, o governo de María Estela Martínez de Perón. Cumpria condenação e prisão perpétua por “crimes contra a humanidade”, eufemismo burguês para denominar o genocídio perpetrado contra as massas do país. Tratava-se de uma causa judicial que unificava as condenações por torturas, “homicídio qualificado”, torturas seguidas de morte de 31 pessoas e pelo roubo de bebês, nascidos nos centros clandestinos de detenção, criados durante a ditadura.

O papel de Videla na história se resume ao de um executor material da política imperialista. A crise mundial da década de 70 levou ao estreitamento dos laços de interdependência entre a semicolônia com o mercado mundial. O imperialismo pressionava para abrir suas fronteiras à invasão de seus monopólios para saquear seus recursos, matérias-primas e mercados. A democracia burguesa, em um continente cada vez mais atravessado por processos revolucionários e levantes das massas, se erigia em um obstáculo para impor a feroz ofensiva reacionária que se preparava contra as riquezas do país e contra as massas. A partidocracia e a democracia burguesas estavam seriamente comprometidas, ou a caminho de seu esgotamento como via para conter a crescente radicalização dos explorados.

seu território e exploram a força de trabalho nacional. É propriamente uma republiqueta.

O governo de Cartes significa a restauração de um sistema político constituído durante os 35 anos de ditadura de Stroessner. Mas teve de passar pela eliminação do outro candidato a ocupar esse posto, o caudilho militar Oviedo, morto num “acidente” de helicóptero semanas antes da eleição que disputaria.

As massas oprimidas do Paraguai só podem esperar a acentuação da opressão social. No campo, a expansão da cultura da soja, aumentando a concentração da propriedade, expulsará mais e mais camponeses. Por outro lado, o afluxo de empresas de cereais para explorar a abundante e disponível força de trabalho a baixo custo terá como consequência a miséria crescente e a repressão política. A tendência é de agudização da luta de classes.

A liquidação do atraso e a efetivação das tarefas democráticas no Paraguai, como a revolução agrária, a democracia política e a soberania nacional, somente poderão ser realizadas por um governo operário e camponês, resultado de uma revolução proletária e nunca por governos eleitos no marco da carcomida estrutura semicolonial do país. Esta alternativa contudo, depende da estruturação de um partido operário revolucionário baseado no programa da revolução e ditadura proletárias, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional.

Lucas Martínez

As torturas, os desaparecimentos, o terrorismo de Estado e o genocídio serviram para modificar drasticamente as relações de força entre as classes no país. O argumento de “derrotar as organizações guerrilheiras” não passava de uma manobra. As diversas organizações guerrilheiras, como ERP-PRT e Montoneros, estavam derrotadas no terreno militar e praticamente inoperantes do ponto de vista organizativo. O fascismo militarizado tinha por principal objetivo esmagar com sangue o terror e ativismo operário e popular, que resistia à ofensiva contra suas condições de vida e trabalho.

Em 1982, esgotada e desprestigiada, sob a pressão das massas que começavam a mobilizar e realizar massivas greves gerais, mas também sob a do imperialismo, a ditadura realizou acordos com a partidocracia burguesa que levaram à transição para a democracia plebiscitária. Ao mesmo tempo, abriu-se uma via para a mobilização das massas e milhares tomaram as ruas, exigindo justiça e punição. O governo de Raúl Alfonsín (UCR, 1983-1989) se viu obrigado a realizar o chamado “Juízo às Juntas”, que tocou em poucos chefes, deixando impunes milhares de quadros médios e responsáveis civis (Igreja, empresários, juízes), mais tarde anistiados pelo governo de Carlos Menem (PJ, 1989-1999).

O kirchnerismo retomará os julgamentos contra os hierarcas militares, mas não tocou em centenas de oficiais e milhares de efetivos e civis que continuam atuando nos aparatos repressivos e de inteligência. Ainda mais, não tocou na burguesia que

colocou suas propriedades para instalar campos de concentração, que financiou a repressão e viu crescer seus lucros com as medidas econômicas impostas pela ditadura genocida.

O kirchnerismo manteve em pé o aparato repressivo burguês, limpando-o dos rastros mais repudiáveis. Conseguiu, assim, preservar a estrutura imposta pela ditadura em benefício da grande burguesia imperialista e de sua raquítica irmã semi-colonial. Se é verdadeiro que se realizaram limitadas medidas democráticas para julgar e punir alguns responsáveis, mais verdadeiro é, todavia, que isso foi o resultado de muitos anos de mobilização de milhares de organizações políticas, sindicais e sociais. Tratou-se da expropriação pelo Estado burguês de uma reivindicação democrática essencial das massas. Medida política que correspondia à necessidade de recuperar e reforçar as ilusões nas instituições burguesas, duramente questionadas na revolta popular de 2001.

Quando o governo kirchnerista e todo o arco opositor burguês ressaltaram que Videla morreu *“julgado, condenado, preso em cárcere comum e repudiado por todo o povo”* e que o fato de morrer na prisão significa que se *“havia feito a justiça”*, tudo isso não passa de uma farsa. Alguns genocidas foram julgados, enquanto o aparato econômico, político, repressivo e judicial implantado pela ditadura continua sob a democracia burguesa. Isso demonstra que se puniram alguns para sustentar de conjunto o regime capitalista. Se, primeiro, Alfonsín e, depois, os Kirchners foram obrigados a tocar em alguns aspectos ou figuras dos aparatos repressivos, foi somente naqueles casos e corporações que mais ódio e repúdio popular despertavam. Medida que serviu para desmobilizar as massas e cooptar uma parte de suas organizações, ganhando tempo para substituir esses aparatos repressivos e personagens por outros menos desprestigiados e comprometidos com o genocídio e a ditadura.

Há trinta e sete anos do golpe, somente quatrocentos e sete foram condenados, centenas morreram impunes e dezenas continuam fugitivos. No entanto, o kirchnerismo se nega a abrir os arquivos da ditadura que permitiriam conhecer todos os responsáveis e dissolver os organismos de inteligência.

Finalmente, reconhecemos a alegria que gerou em milhares de oprimidos a morte deste genocida. Tampouco desconhece-

mos o valor político que tem a consigna Julgamento e Punição na medida que sirva para mobilizar as massas e as leve a chocar contra as instituições repressivas e jurídicas do Estado burguês. Entretanto, a classe operária não deve se apegar aos discursos de oficialistas e opositores, nem festejar a justiça de seu inimigo de classe. Dizemos claramente que esta legítima aspiração democrática das massas não conseguirá respostas no marco do capitalismo, nem será a burguesia com seus métodos e instituições que a levará para frente. O “julgamento e punição” de acordo com as necessidades e os métodos da burguesia estão em contraposição com os interesses históricos dos explorados.

Videla esteve a serviço dos grandes monopólios, da oligarquia financeira mundial, para a qual prestou inestimáveis serviços a raquítica burguesia nacional, de quem ele era uma expressão. Todos esses parasitas continuam no poder. A prisão e morte de Videla não modificaram nem um milímetro as bases do regime que este ajudou a pôr em pé e que todos os governos “democráticos” sustentaram.

É necessário opor à euforia democratista burguesa e pequeno burguesa os interesses históricos, os métodos e a estratégia revolucionária da classe operária. É necessário dizer que os explorados só farão justiça quando derrotarem a burguesia e destruírem suas bases econômicas e políticas.

Frente aos crimes da burguesia, o proletariado organizado como classe independente deve impor sua própria justiça e violência revolucionária, colocando em pé os Tribunais Populares. Estes organismos não sairão das entranhas do apodrecido regime capitalista, não serão apêndices impotentes do poder judicial burguês, nem recorrerão a seus mecanismos legais. Serão a criação viva da classe operária em sua luta contra o capitalismo e se basearão nos métodos de ação direta das massas.

O primeiro passo é a independência política da classe operária do Estado, suas instituições e os partidos burgueses, construindo seu partido marxista-leninista-trotskista. O partido-programa será uma poderosa alavanca para começar a superar as ilusões democráticas das massas no capitalismo ao generalizar em termos programáticos suas experiências com a justiça e legalidade burguesas.

Chile: A luta de classes e a Unidade Popular (UP) - Parte IV

A burguesia agrária e o governo allendista

Lucas Martínez

Detalhamos anteriormente as complexas, contraditórias e oscilantes relações entre o governo frente-populista e as organizações sindicais camponesas. Não menos contraditórias e vacilantes foram as relações das organizações sindicais patronais com o allendismo.

A Reforma Agrária pretendia modificar as relações entre o campesinato e a tradicional oligarquia latifundiária. Principalmente, se dirigia a beneficiar os chamados “inquilinos” – arrendatários e assalariados – que cultivavam um pedaço de terra nas fazendas nas quais viviam e produziam.

O objetivo era “autonomizar” e “liberar” o arrendatário do trabalho gratuito e da coação econômica impostos por décadas. E assim criar as bases de uma produção agrária capaz de se capitalizar e ampliar a contratação do trabalho assalariado. O que, segundo o governo, aumentaria a produtividade, a de-

manda de produtos industrializados estabelecerias novas bases para um forte mercado interno.

No entanto, os assalariados não estavam contemplados pela reforma como classe com interesses diferentes do campesinato. A expropriação e estatização das fazendas e a agroindústria, transformando-as em granjas coletivas ou cooperativas agrícolas, era para o allendismo uma etapa diferenciada do “desenvolvimento do socialismo pela via chilena”. A UP pretendia desenvolver a estrutura agrária camponesa baseada no trabalho assalariado, e consolidar as posições sindicais e laborais do proletariado. Somente no futuro, com um desenvolvimento “superior”, seria a vez das socializações.

Contudo, as condições de vida e de trabalho do proletariado agrícola se elevariam com o aumento dos salários reais, a melhoria de suas condições de trabalho, as garantias jurídi-

cas e as liberdades políticas para sua organização sindical. O que se traduzia em um corte dos rendimentos agrícolas que ficariam nas mãos das patronais. Gestavam-se, assim, as bases para o desenvolvimento da luta de classes no campo.

O proletariado apoiará a reforma enquanto esta introduzir uma mudança em sua relação de forças com os patrões. Mas não participará das ocupações camponesas. A negativa da UP em entrelaçar as reformas com medidas de expropriação revolucionária impediram que se constituíssem as bases materiais para desenvolver a luta de classes no campo e projetá-la na aliança operário-camponesa.

Como se vê, a Reforma Agrária foi uma política realizada de cima para baixo, por meio de um governo surgido do voto popular e por meio dos mecanismos legais e institucionais do estado burguês. Quer dizer, era uma reforma que pretendia realizar uma tarefa típica da burguesia nacional e pela via de suas instituições de classe. Na prática, significará expropriar uma parte dos terrenos e da burguesia agrária. Ao mesmo tempo em que modificará as relações de submissão política e econômica dominantes por décadas, ao ampliar e estender a presença das organizações sindicais dos oprimidos do campo.

Contudo, este retrocesso temporário da burguesia agrária era compensado com a integração de uma parte dela aos planos do governo. Cerca de 40% da grande propriedade agrária será mantida praticamente intacta e será beneficiada pela Reforma. O próprio governo lhes dará oxigênio ao não avançar na expropriação daqueles terrenos dedicados à produção de alimentos de alto valor agregado (gado, porcos, etc.) essenciais para o consumo. Desse modo, uma importante fração da burguesia agrária se modernizará e integrará – em maior ou menor grau – o sistema estatal de reorganização produtiva agrária (incentivos fiscais, subsídios, provisão de sementes melhoradas geneticamente, etc.) com as fazendas que eram consideradas “modelos de modernização agrícola”.

Esta “absorção” de uma fração empresarial pelo governo frente-populista respondia à sua política de “desenvolvimento gradual e pacífico” das etapas históricas prévias e necessárias da revolução socialista. Ou seja, a necessidade de “cumprir” a revolução democrático-burguesa em aliança com a burguesia considerada “progressista” ou “interessada” no desenvolvimento das forças produtivas internas.

No caso das organizações empresariais, o “recuo tático” era compreendido como um meio para se resguardar das expropriações, assumindo uma atitude passiva e tolerante frente ao governo ao qual ainda não estavam em condições de impor um freio. Mas a UP tampouco estava determinada a avançar em ataques mais profundos contra a propriedade privada, nem contra os fundamentos do Estado burguês.

A *Sociedade Nacional de Agricultura* (SNA), a organização *Comércio Agrícola do Sul* (CAS), a *Confederação de Empregadores Agrícolas* (CEA) e a *Confederação de Cooperativas Agrícolas* (CCA) se verão afetadas – ainda que de formas e graus distintos – pelas reformas allendistas. Parte da burguesia tolerará as expropriações já que não afetavam suas propriedades. Por outro lado, a construção de infraestrutura, o fomento pecuário (bovino, suíno, avícola), a política de preços, entre outras medidas, levaram a um forte estímulo para sua extensão e tecnificação.

Desse modo, um dos erros fundamentais da “via chilena

ao socialismo” foi deixar uma parte determinante das bases do poder da burguesia agrária intacta. Seus sindicatos foram respeitados demais. E parte dessas propriedades se manteve em mãos de uma fração com fortes laços com redutos do poder oligárquico-burguês dentro do Estado (juizes, chefes militares, burocracia, etc.).

Os sindicatos patronais haviam se fortalecido muito antes, sob o governo de Frei. Era uma medida elementar de resistência frente à tímida reforma democrata-cristã. Ainda que sua debilidade como sindicatos era notória ao representarem tão somente frações diferenciadas por setor e tipo de produção (gado, arroz, trigo, frutas, etc.). Esta debilidade organizativa se reverterá sob o governo frente-populista de Allende ao estreitar seus laços orgânicos e centralizar seus mandos. Finalmente, os setores patronais passaram a constituir confederações provinciais e nacionais.

Outro fato terá fundamental relevância nesse processo. De todas as organizações patronais, foram as do setor rural as que melhor conseguiram se adaptar às novas condições políticas imperantes. Mas suas relações com o governo se desgastarão aceleradamente.

Com a mudança das relações se produzirá um giro na tática de classe da burguesia. Os sindicatos começam a se despojar da retórica tradicionalista sobre o “direito natural” sobre a propriedade, para passar a desenvolver uma política de defesa da propriedade privada como expressão da “eficiência” frente ao minifúndio e à pequena propriedade camponesa. Ao mesmo tempo, a centralização resultante do processo de resistência ao governo allendista redundará na ampliação de suas bases de apoio em todo o país. Finalmente, contarão com o apoio decisivo dos outros setores empresariais que eram afetados pelas estatizações, pelas crescentes conquistas sociais ou estavam atemorizados pelo fortalecimento das tendências revolucionárias do proletariado. Com suas posições fortalecidas, a passividade cede lugar à confrontação com o governo, iniciando-se uma série de paralisações (locoutes) patronais que se estenderão de outubro de 1972 até agosto de 1973.

Uma vez que o governo não se apoiava em nenhuma classe e recorria à sustentação de todas, os vaivéns, avanços e retrocessos produziam aproximações e rupturas contínuas em sua base de apoio. A atitude da patronal muda drasticamente quando começa a perceber uma mudança nas relações de forças no interior da UP e uma radicalização dos antagonismos sociais nas cidades. Ali se consolidavam os cordões industriais como o gérmen do poder proletário organizando-se como classe independente frente ao governo. Enquanto no campo começa um reagrupamento das organizações camponesas mais radicalizadas, que pretendem voltar a impulsionar as reformas e aprofundá-las.

A duplicidade frente-populista diante da luta de classes terá consequências fulminantes para seu governo e principalmente para as massas. A manutenção de parte da grande propriedade agrícola e sua tecnificação sob a reforma acentuarão a distribuição desigual do rendimento agrícola e não modificarão radicalmente a relação de forças entre as classes antagonicas. Tampouco conseguiu elevar a produtividade nem fortalecer os camponeses como classe. Dissolver as organizações patronais, expropriar suas propriedades, desarmar suas posições do Es-

tado e submetê-las a um rígido controle político e uma dura repressão política era a única via para esmagar sua resistência e desarmar suas conspirações.

O governo mostrou-se impotente para cumprir as tarefas democráticas e avançar na transição ao socialismo quando rene-
gou os métodos e o programa do proletariado revolucioná-

rio. Reformas e revolução não constituíam etapas separadas e diferenciadas, mas sim episódios de um mesmo processo ininterrupto da revolução proletária. Ao preservar as bases do poder burguês, a reação ganhará força com a covardia allen-
dista e contra-atacará posteriormente com a contrarrevolução pinochetista.

Quatros anos da morte de Guillermo Lora

Distamos quatro anos da morte de Guillermo Lora Escobar, falecido em 17 de maio de 2009, em La Paz. Lora dedicou a maior parte de seus 88 anos de vida integralmente à causa da revolução proletária. Do ponto de vista histórico, o admirável movimento operário da Bolívia, país onde nasceu, está profundamente marcado pelo marxismo-leninismo-trotskismo. Não casualmente é um dos mais politizados da América Latina. Foi capaz de muitos feitos em se tratando de um dos países mais pobres e atrasados do mundo. Não seria exagero afirmar que isso se deveu, em grande medida, a um longo, paciente e persistente trabalho de Lora. A sua intervenção, à frente do POR, teve importância decisiva em todo o processo de elevação política dos explorados, muito embora continuem, ainda hoje, prisioneiros de direções vendidas e colaboracionistas. Lora foi autor de uma vasta obra, reunida em 70 volumes de análise crítica e autocrítica sobre a rica experiência da luta de classes boliviana e internacional. O líder do trotskismo altiplano situa-se, por sua obra militante e sua contribuição teórica, entre os grandes revolucionários marxistas do século XX.

Militância

Marxista desde muito cedo, interessou-se pela vida dos explorados e ingressou no POR em 1940, em Cochabamba. Instalando-se em La Paz, centro da política boliviana, organiza os estudantes (entre eles seu amigo Miguel Alandia Pantoja) e faz intensa propaganda antiimperialista, motivo pelo qual foi perseguido pelo governo Peñaranda e teve de fugir para Oruro, nas zonas de exploração de estanho. É aí que entra em contato com os operários mineiros. A fusão do trotskismo com o movimento de massas, especialmente o proletariado mineiro, pode ser medida pelas importantes *Teses de Pulacayo*, por ele redigidas. Secretário Geral do Partido Operário Revolucionário (POR) desde 1946, transformou a fisionomia do partido, de um agrupamento desvinculado do proletariado em um organização bolchevique disciplinada. Atuou com o bloco mineiro parlamentar de 1947 (frente POR-FSTMB), na Câmara de Deputados, numa exemplar conduta revolucionária que transformou o parlamento em tribuna dos explorados. Por vezes preso e exilado, e em outras tendo de atuar na mais profunda clandestinidade, travou uma batalha de morte contra todas as organizações e dirigentes que procuraram desviar o proletariado de sua missão histórica e subordiná-lo à burguesia. Travou, em particular, um combate acérrimo e duro contra os impostores do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), Juan Le-

chín, em primeiro lugar, além de Siles Zuazo, Paz Estenssoro, estalinistas do PIR/PCB etc. A chamada desmovimentização, isto é, a paulatina perda das ilusões das massas nos governos movimentistas (do MNR), que teve de ser contida pelo golpe de Barrientos em 1964, foi obra do POR. A revolução de abril 1952, que levou o MNR ao poder, encontrou o POR em fase de elaboração do programa revolucionário, com quadros bolcheviques ainda em formação e sem amadurecimento tático. O POR não foi capaz de arrancar as massas da influência deletéria dos nacionalistas burgueses e isto foi fator de uma profunda crise interna que cindiu o partido em 1956.

Lora teve de partir quase do zero na obra de reconstrução do trotskismo. Os pablistas que o cindiram converteram-se na quinta coluna do MNR e se tornaram uma fonte voltada em denegrir internacionalmente o POR. Até hoje, as mais diversas variantes do revisionismo repetem a mesma calúnia dos pablistas de que o POR se submeteu ao nacionalismo. E onde estão hoje os pablistas? Enfiados no reformismo e corrompidos.

Durante a ditadura Barrientos, perdeu seu irmão César Lora, e seu companheiro de luta Isaac Camacho, assassinados pelo exército, importantes dirigentes mineiros, organizadores dos sindicatos clandestinos. Em 1971, Lora desempenhou papel de relevo no Comando Político da COB e sua transformação em Assembleia Popular, organismo soviético surgido com o novo le-



Guillermo Lora ainda jovem

vante das massas em meio à crise governamental que levou o general Juan José Torres à presidência. Com o golpe de Estado preventivo do General Hugo Banzer, para impedir que a Assembleia marchasse ao poder, Lora foi para o exílio, onde trabalhou por organizar a Frente Revolucionária Antiimperialista (FRA). Em 1980, com o fim da ditadura Banzer, combateu a frente popular União Democrática e Popular (UDP) de Hernán Siles Suazo. Durante os anos 1980 e a era da 'terapia de choque' neoliberal (governos Gonzalo Sánchez de Losada), Lora manteve-se ativo e sempre perseguido pelos governos burgueses, acusado de autor intelectual dos levantes que sacudiram a Bolívia durante este período. Alguns anos antes, havia estruturado com sucesso a URUS (União Revolucionária de Universitários Socialistas) e a URMA (União Revolucionária no Magistério) que se implantou firmemente entre os estudantes universitários e o magistério urbano, respectivamente. Quando da visita do papa João Paulo II à Bolívia em 1987, denunciou o catolicismo como a religião dos opressores/colonizadores brancos e levou o POR a se manifestar com os explorados do campo e in-

dígenas sob as consignas “abaixo a religião opressora” e “viva a Pachamama!”. Em seus últimos anos, dedicou-se a analisar o MAS e seu líder Evo Morales, preconizando mais uma vez que esta caricatura de nacionalismo de conteúdo burguês acabaria de joelhos diante o imperialismo.

Contribuição ao marxismo

Em sua extensa bibliografia, Lora tratou de inúmeros e variados problemas da luta revolucionária. Destacou-se, antes de tudo, como um arquiteto do partido revolucionário. Sua primeira e fundamental contribuição foi ter posto em pé o partido bolchevique de militantes profissionais na atrasada Bolívia. Suas contribuições teóricas a este tema são, portanto, as que primeiro sobressaem. Em seu *“O Partido e sua Organização”* e em *“Teoria marxista do partido político”* situa e aprofunda o problema do funcionamento bolchevique do partido, a importância da célula, a necessidade de forjar militantes profissionais, a relação do partido com sua classe e sua interdependência que pode conduzir ao bloqueio ou impulso da vanguarda proletária e da própria classe.

O problema da tática revolucionária, da tática frentista em geral e da frente única anti-imperialista é outro tema de destaque na obra de Lora e que alcança profundidade. A partir da experiência da luta de classes, Lora conclui que nos países de capitalismo atrasado e economia combinada, interdependente em relação à economia mundial, o proletariado torna-se dirigente da nação oprimida (maioria camponesa, indígena e pequeno-burguesa) por meio da frente revolucionária antiimperialista e não da frente única proletária adaptada aos países imperialistas, conforme demonstrou a experiência da COB e da Assembleia Popular de 1971. Procurou demonstrar isto em *“Da Assembleia Popular ao Golpe Fascista”*. Já nas *Teses de Pulacayo*, fundamentou o caráter proletário da revolução mesmo num país tão atrasado como a Bolívia. A revolução de 1952 confirmou esta previsão.

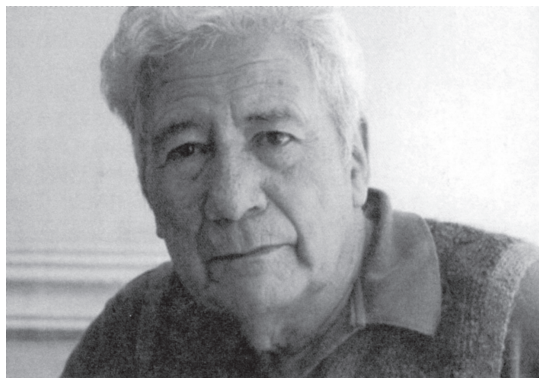
A anatomia do nacionalismo burguês, de sua incapacidade em solucionar as tarefas pendentes do capitalismo, como fenômeno político recorrente no continente latino-americano, foi exaustivamente analisada por Lora. Em sua *“História do movimento operário boliviano”* – uma obra volumosa – demonstrou a natureza impotente do nacionalismo e que nos países atrasados a verdadeira contradição encontra-se entre o proletariado e o imperialismo.

O foquismo e a guerrilha, esta última identificada como método de luta dos explorados, ao contrário do primeiro, estranho ao proletariado e à luta de massas, foram igualmente analisados em pormenores por Lora. A experiência boliviana que esteve no centro das atenções com a ‘guerrilha’ do Che Guevara eram, ao dirigente do POR, a oportunidade de uma profunda investigação do problema e de apontar os erros e capitulações das inúmeras organizações (inclusive dos revisionistas do trotskismo, os pablistas) a este método que renega a construção do partido e a estruturação da classe em seus pró-

prios organismos. Em nenhum clássico do marxismo é possível encontrar tão exaustiva análise do tema quanto em Guillermo Lora. O seu livro *“Foquismo e Revolução”* constitui uma defesa do programa e da tática marxistas, em oposição as variantes pequeno-burguesas do castro-guevarismo e do maoísmo, que foram assimiladas pelo pablismo revisionista.

Outras contribuições enriquecedoras ainda poderiam ser citadas como no caso das nacionalidades oprimidas, das nações indígenas, da mulher etc. que não passaram sem que algum elemento novo fosse detidamente analisado e sua importância para a luta de classes ressaltada.

É necessário, por último, ressaltar a importância dos escritos de Guillermo Lora sobre o internacionalismo proletário e, especialmente, sobre a IV Internacional. O seu livro *“As Quatro Internacionais”* demonstra o cuidado do revolucionário isolado num país semicolonial extremamente atrasado e oprimido em assimilar as experiências mundiais e traduzi-las para os explorados bolivianos. O vínculo de Lora com as raízes mais profundas do marxismo permitiu que o trotskismo se projetasse na sua real dimensão. Essa raiz se firmou no proletariado mineiro. Guillermo insistiu ao cansaço que o trabalho do partido é o de transformar as experiências dos explorados em



programa e teoria revolucionários. Isso está refletido na sua volumosa obra. É lamentável que as inúmeras correntes que se reivindicam do trotskismo façam questão de desconhecer o rico material deixado por Lora. Evidentemente, isso tem uma razão. Ir a sua obra significa derrubar por terra as mentiras e falsificações lançadas pelos pablistas e seus repetidores contra o POR. É estarrecedor o culto à ignorância, promovido pelos revisionistas.

Temos de reconhecer as dificuldades das seções que compõem o *Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional* de se valer das formulações marxistas deixadas por Lora. O Partido Operário Revolucionário que se forma no Brasil reconhece o esforço de Lora em estruturar o Comitê de Enlace, embora contando apenas com organizações embrionárias. O programa do POR-Bolívia e a sua história de luta estão expressos em nosso programa e em nossa vida política. Isso indica os fundamentos internacionalistas do POR boliviano. Vemos como uma tarefa essencial fortalecer o Comitê de Enlace na luta pela reconstrução da IV Internacional. Esse trabalho, sem dúvida, está de acordo com o empenho de Guillermo Lora em nos auxiliar na construção das seções embrionárias. Trata-se de um problema prático, que o Comitê de Enlace tem de enfrentar. É bem provável que o próprio POR na Bolívia, com a sua direção e seus novos quadros, tem a tarefa de recorrer às formulações do internacionalismo proletário deixadas por Lora, de forma a assimilá-las e colocá-las em prática.

Nesses quatro anos transcorridos da morte de Guillermo Lora, lembramo-nos de nosso camarada no que há de mais fundamental na aspiração de um revolucionário – continuar e fortalecer a obra do proletariado mundial em sua luta pelo comunismo.